

EMPATIA IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

O LUGAR DA MEMÓRIA NA ARQUITETURA DAS CIDADES
EM TEMPOS LÍQUIDOS

JOÃO PEDRO OTONI
UFJF . 2017



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

João Pedro Otoni Cardoso

EMPATIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

O Lugar da Memória na Arquitetura das Cidades em Tempos Líquidos

Monografia apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para conclusão da disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Mariane Garcia Unanue

Juiz de Fora
Julho/2017

Aos que habitam
e compartilham memórias

Agradecimentos

No ano de 2010 começava o meu caminho na Arquitetura e Urbanismo, uma formação que começou antes da graduação e que tem este momento como um marco, mas não como um fim. Nestes anos tive muitos mestres e companheiros, e cabe a este momento agradecer-lhes. Inicialmente, a Deus pelo presente da vida e de todos os encontros que nela tive. Agradeço à minha família, por serem minha base, sendo meu reduto de memórias e direcionadores de um futuro. Aos meus amigos de Santos Dumont, por todas as histórias compartilhadas. Aos amigos e professores da UFSJ, essenciais em minha formação. Aos amigos e professores de Leeds, vocês ampliaram o meu mundo, e sempre vão estar presentes nele. Aos amigos e professores da UFJF, pelo companheirismo e conhecimento compartilhado. Cabe destacar alguns nomes que estiveram diretamente envolvidos neste trabalho que não posso deixar de agradecer. Agradeço a minha orientadora, Professora Mariane Unanue, por me conduzir neste trabalho com tamanha competência e gentileza. As professoras Ana Barbosa, Letícia Zambrano, Mariana Cury, Mônica Olender e Milena Andreola agradeço por toda a disponibilidade, dedicação e inspiração. Aos meus amigos que tanto contribuíram para este trabalho, destaco os nomes de Avner Proba, Daniel Paiva, Lara Scanapieco, Luiza Coury, Samya Goliath e Tayná Coelho. Por fim, agradeço, sinceramente, a todos aqueles que me ajudaram ao longo deste estudo. Não importa a forma: material, intelectual, emocional ou espiritual.

A casa era por aqui...
Onde? Procuro-a e não acho.
Ouço uma voz que esqueci:
É a voz deste mesmo riacho.

Ah quanto tempo passou!
(...)

Tantos que a morte levou!
(E a vida... nos desenganos...)

A usura fez tábua rasa
Da velha chácara triste:
Não existe mais a casa...

- Mas o menino ainda existe.

Manuel Bandeira

Resumo

O tema abordado neste trabalho é 'Memória e Identidade'. Tem-se por objetivo questionar o lugar da memória, como fato social, na vivência cotidiana das cidades em meio ao mundo moderno-líquido atual. Perpassa por estudos da sociedade e da cidade atual, buscando entender as complexidades líquidas que estamos vivenciando, além das múltiplas camadas e redes urbanas, tendo como referenciais teóricos o sociólogo polonês Zygmunt Bauman e o geógrafo inglês David Harvey, além de outros autores contemporâneos. Busca a compreensão da memória como fato social, tendo como referências teóricas Halbwachs, Nora, Pollak e Rasmussen, trazendo análises da mesma como formadora de identidade e de sua presença no cotidiano. Além disso, questões atuais sobre memória foram levantadas como a mercantilização da memória e as memórias marginais. Por fim, analisa a forma como os cidadãos percebem e apreendem os espaços a sua volta, e como, a partir da apreensão, o direito a cidade pode ser questionado e buscado. Ao final, conclui-se que os espaços urbanos passam por uma extensa mercantilização e espetacularização, que causa danos perversos para o reconhecimento de si mesmo e do outro, além do não reconhecimento do seu lugar no espaço urbano. Ademais, foram traçadas diretrizes possíveis para projetos que poderiam incentivar a relação benéfica do ser com sua comunidade em espaços da arquitetura das cidades.

Palavras-chave

Arquitetura. Cidade. Memória. Identidade. Pertencimento

Abstract

The main theme of this work is 'Memory and Identity'. The objective is to question the place of memory, as a social fact, in the daily life of cities in view of the current modern-liquid world. It goes through studies of society and the present city, seeking to understand the liquid complexities we are experiencing, in addition to the multiple layers of the cities and urban networks, having as theoretical references the Polish sociologist Zygmunt Bauman and the English geographer David Harvey, as well as other contemporary authors. It seeks the comprehension of memory as a social fact, having as theoretical references Halbwachs, Nora, Pollak and Rasmussen, bringing analyzes of it as a part in the construction of identity and its presence in daily life. In addition, current memory issues have been raised as the commodification of memory and marginal memories. Finally, it analyzes how citizens perceive and apprehend the spaces around them, and how, before the apprehension, the right to the city can be questioned and sought. In the end, it is concluded that urban spaces undergo extensive commercialization and spectacularization, which causes perverse damage to the recognition of oneself and the other, as well as the non-recognition of their place in urban space. In addition, possible guidelines were drawn for projects that could encourage the beneficial relationship of being with its community in spaces of the architecture of cities.

Key Words

Architecture. City. Memory. Identity. Belonging

Lista de Ilustrações

| | |
|---|----|
| Figura 1 – ‘Occupy Wall Street’, Nova York, EUA, 2011 | 10 |
| Figura 2 – ‘Jornadas de Junho’, Brasil, 2013..... | 11 |
| Figura 3 – Protestos contra o ‘Brexit’, Inglaterra, 2016..... | 11 |
| Figura 4 – Manchete Jornal “The Guardian” – 17 de Janeiro de 2007 | 15 |
| Figura 5 – Manchete do Jornal “Folha de São Paulo” – 28 de Junho de 2007 | 15 |
| Figura 6 – Manchete do Jornal “The New York Times” – 10 de Julho de 2014 | 16 |
| Figura 7 – Redes sociais atuando a cidade | 20 |
| Figura 8 – Exemplificação das cidades que têm Juiz de Fora como referência | 21 |
| Figura 9 – Praça ‘La Defense’, Paris, França | 26 |
| Figura 10 – ‘Mister Shopping’, espaço de consumo | 26 |
| Figura 11 – O Largo do Riachuelo (Juiz de Fora, MG) | 28 |
| Figura 12 – O espaço esvaziado da Praça da Curva do Lacet, Juiz de Fora..... | 28 |
| Figura 13 – Pelourinho, Salvador. Janeiro de 2017 | 41 |
| Figura 14 – Bairro da Alfama em Lisboa, Portugal | 42 |
| Figura 15 – As diversas habitações características de diferentes espaços urbanos em Juiz de Fora | 45 |
| Figura 16 – “Em estados emocionais muito intensos ou pensamentos profundos, a visão costuma ser reprimida” (PALLASMAA, 2011, p.27). | 55 |
| Figura 17 – Os cheiros presentes em Juiz de Fora, Minas Gerais | 56 |
| Figura 18 – Maçanetas de edifícios na região central de Juiz de Fora. Segundo Pallasmaa (2011), o tocar da maçaneta seria o aperto de mão do edifício | 57 |
| Figura 19 – Feira urbana como forma de resistência. Juiz de Fora, MG | 61 |

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 01 |
| Apresentação do tema..... | 03 |
| Objetivos..... | 04 |
| Metodologia..... | 05 |
| | |
| 1. As cidades e a sociedade do mundo moderno-líquido | 07 |
| 1.1. As complexidades líquidas do mundo atual..... | 11 |
| 1.2. A cidade – e o mundo – formado por camadas e redes..... | 15 |
| 1.3. As conexões e contrapontos entre cidade e sociedade..... | 21 |
| | |
| 2. Memória e Identidade | 30 |
| 2.1. Apontamentos sobre memória..... | 32 |
| 2.2. A memória cotidiana..... | 36 |
| 2.3. A mercantilização da memória..... | 39 |
| 2.4. Memórias oficiais e memórias marginais..... | 42 |
| 2.5. A formação da Identidade a partir da memória..... | 44 |
| 2.6. A identidade no mundo moderno-líquido..... | 46 |
| | |
| 3. A apreensão dos espaços da cidade | 49 |
| 3.1. Formas de percepção e apropriação do lugar..... | 53 |
| 3.2. O direito a cidade: resiliências e resistências urbanas..... | 59 |
| | |
| 4. Considerações Finais | 64 |
| 4.1. Diretrizes e proposições iniciais para o TCC II..... | 65 |
| 4.2. O lugar da memória nas cidades contemporâneas..... | 68 |
| | |
| Bibliografia | 70 |

Introdução

"Partindo dali e caminhando por três dias em direção ao levante, encontra-se Diomira, cidade com sessenta cúpulas de prata, estátuas de bronze de todos os deuses, ruas lajeadas de estanho, um teatro de cristal, um galo de outro que canta todas as manhãs no alto de uma torre. (...) e de um terraço ouve-se a voz de uma mulher que grita: uh!, é levado a invejar aqueles que imaginam ter vivido uma noite igual a esta e que na ocasião se sentiram felizes"

CALVINO, 1990, p.11

A motivação pelos temas estudados nesta monografia para o “Trabalho de Conclusão de Curso I” remontam a momentos anteriores a graduação. Por habitar desde novo uma cidade pequena de interior, onde memórias e histórias são contadas, compartilhadas, vividas em âmbito familiar e social, me parecia que esta era uma realidade vivida por todos. Ruas despertam a imaginação, casas contam histórias, móveis são muito mais que móveis.

Ao vivenciar a mudança para uma cidade de porte médio, no início da graduação, passo a perceber que são muitas e variadas as pessoas que coabitam os mesmos espaços, não são mais os conhecidos de famílias em gerações. E que muitas vezes elas lá estão por breves períodos de tempo e que criar referências, identidades e memórias não é algo que as interessa, ou que as é favorecido. Porém, memórias são criadas, referências são estabelecidas e identidades são formadas de qualquer forma, é algo que independe ao ser, é natural, cotidiano e presente.

O contato com o “mundo” europeu agregou bagagem, não eram mais memórias de cem ou duzentas anos que estavam sendo vivenciadas cotidianamente, eram memórias que poderiam chegar a tempos imemoriais. E apesar disso, convivem bem, são atualizadas e revivescidas, entende-se a importância de sua presença. Evitando trajar uma visão eurocêntrica, acredito, como já exposto que convivemos com nossas memórias, a nível familiar e de pequenos grupos. A questão colocada é se o capitalismo enquanto sistema imposto aos latino-americanos, aceita aqui, em meio as realidades atuais das cidades de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que efetivemos as nossas memórias em espaços urbanos e arquitetônicos, tanto públicos quanto privados.

Este trabalho pretende então, suprir estes anseios de questionar o lugar da memória em nossas cidades, e de que forma o cidadão pode, se este for o caso, ser favorecido a estabelecer empatia, identidade e referências. Optou-se por uma visão ampla, em que a memória pode ser vista em ambientes urbanos e edifícios para além daqueles consagrados por órgãos públicos de patrimônio. A memória cotidiana, presente nas complexidades líquidas do mundo atual.

Apresentação do tema

O presente trabalho aborda os temas centrais de 'Memória' e 'Identidade', porém, para conseguir uma leitura abrangente destes temas, e a inserção deles no campo ampliado da Arquitetura e do Urbanismo, acrescentou-se a busca pelo entendimento da urbe contemporânea e das maneiras de percepção e apreensão ao nível do cidadão.

Estamos inseridos em um contexto de mundo moderno-líquido, tendo em vista as leituras sociológicas. Esta visão de mundo foi inicialmente introduzida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), para o autor, ainda estamos habitando o mundo moderno, caracterizado pela quebra de diversas barreiras e pelas alterações do *status quo*, porém, presenciamos a liquefação dos valores, modos, hábitos e relações humanas. Segundo Bauman, caracteriza-se o momento atual como líquido pois se enquadra em um interstício entre aquilo que é sólido, que não apresenta mudanças e alterações, e aquilo que é gasoso, totalmente sem âncoras e livre. O mundo moderno-líquido se apresenta como um estado de transformações e não de estagnação, com características ainda relevantes do que foi, porém, trazendo profundas alterações.

Este panorama apresentado pode ser visto como fundado e corroborado pelos avanços na tecnologia e pelo aprofundamento das relações sociais do capitalismo consumista. Vivenciamos um momento em que somos cada vez mais empurrados para um futuro global, em que novidades se apresentam a cada segundo; o mundo informacional, altamente conectado, nos leva a quebrar barreiras físicas anteriormente presentes, coabitamos diversas partes do globo. Quanto mais nos vemos diante deste vórtice de modificações, mais nos interessamos e buscamos por nossas raízes, por nossas memórias em busca de conforto e certezas. Após um grande momento de exaltação pela 'modernidade', desde o Iluminismo até as primeiras décadas do século XX, o homem se viu diante de momentos em que o futuro da humanidade estava posto em risco (guerras, holocausto, fomes), e passou a questionar o valor de todos estes avanços a qualquer custo.

Com este cenário traçado, notamos estar cada vez mais presente em nossa sociedade o desejo pelos arquivos e registros. Quantos são os museus e memoriais construídos nas últimas décadas, o *boom* nas produções audiovisuais memorialistas, o arquivamento de dados (HDs, pen-drives, supercomputadores), além da surgimento e expansão exorbitante das redes sociais (*instagram, facebook, twitter*) em que tudo se registra e se armazena. Porém, como será visto no trabalho, com todo estes recursos e anseios por

resgatar passados, notamos que o homem não vem habitando de fato a memória, tendo em vista o seu entendimento sociológico de memória-social. Resguardamos a estas diversas entidades elencadas, estes 'lugares de memória', o fardo da memória e recorreremos a elas quando o mal-estar do mundo moderno-líquido nos sufoca.

A memória neste trabalho é entendida como um fato social, este entendimento foi primeiramente concebido por Maurice Halbwachs (2003) na primeira metade do século XX. Diferentemente do entendimento prosaico, da memória individual, o contar e relembrar histórias, a memória aqui será investigada como uma construção diária, formadora de um coletivo de pessoas. Muito mais do que um elemento do passado, discorreremos sobre como a memória é fato presente direcionador de futuro.

Aliado ao momento de busca por 'lugares de memória' nota-se a intensificação da mercantilização da mesma. Podemos afirmar que os espaços de memória vem sendo espetacularizados e homogeneizados ao gosto do turista nacional e internacional. A memória se faz presente, em muitos dos casos, como produto de um mercado internacional, e não é apropriada e habitada por aqueles cidadãos que de fato poderiam se beneficiar dela.

Questiona-se então de que forma os habitantes de determinada região poderiam perceber, compreender e apreender os ambientes em que vivem e a memória que neles habitam. Para isso serão estudadas as formas de apreensão dos sentidos que vão além da visão, o sentido historicamente mais valorizado. Juhani Pallasmaa (2011) será uma das grandes referências para estas reflexões quanto as percepções. Concomitantemente aos instantes em que se percebe os espaços, vem o momento de apreensão e reivindicação de uso do espaço. O 'direito a cidade', basal e universal, será estudado de forma a trazer a compreensão de que todos os cidadãos deveriam, em tese, poder se apropriar, modificar e fazer uso dos espaços das cidades.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é questionar o lugar da memória, como fato social e todos os seus rebatimentos, nos ambientes urbanos contemporâneos. Além disso buscar a compreensão nas formas como a memória é percebida e apreendida pelos cidadãos.

Busca-se assimilar a maneira como a sociedade vem se moldando na contemporaneidade e os seus rebatimentos na *urbe*. Tendo isto em vista, questiona-se a relevância da memória no contexto contemporâneo. Ademais, busca-se a compreensão do 'olhar', para além da visão, do cidadão, e o seu direito fundamental à cidade.

Objetiva-se também, a contextualização dos temas abordados para a realidade de Juiz de Fora. Buscando os rebatimentos possíveis das teorias estudadas que são, em sua maioria, eurocêntricas para o contexto de uma cidade de médio porte do interior do Estado de Minas Gerais.

Ampliar o conhecimento pessoal sobre o tema, além de efetivar conexões com outras áreas do saber, também são objetivos deste trabalho. O aprofundamento dos entendimentos gerais sobre os temas de 'Memória / Cidade / Percepção' apreendidos durante o curso de Arquitetura e Urbanismo, e maneira como eles se efetivam (ou podem se efetivar) em nosso cotidiano fazem parte desta pesquisa.

Metodologia

Para se conseguir atingir os objetivos propostos, o trabalho a seguir se baseou na revisão da bibliografia que contém os principais temas abordados. Ademais, buscando a aproximação da realidade vivenciada, o trabalho é permeado por assimilações presentes tanto na cidade de Juiz de Fora (MG), quanto em conteúdos audiovisuais atuais que traduzam as teorias abordadas.

O processo da revisão bibliográfica foi dividido nos três principais temas abordados: (1) cidade e sociedade contemporânea, (2) memória e identidade e (3) percepções e apreensões. Em todos os três temas se estudou os textos base, referenciais para o tema, além da leitura de artigos e trabalhos recém-publicados em revistas científicas. Assim como a grande área da Arquitetura e Urbanismo é vista como multidisciplinar, este trabalho também busca contato com outras áreas do conhecimento, como: Sociologia, Filosofia, História, Geografia e Psicologia.

O primeiro tema abordado, (1) cidade e sociedade contemporânea, se faz presente pela necessidade em entender o modo como a sociedade vem captando as mudanças (social, tecnológica, relações de trabalho, geopolítica, entre outras) bruscas, e como estas mudanças se refletem nos ambientes urbanos atuais. Optou-se, metodologicamente, por

não fazer um estudo histórico da formação das cidades, tendo em vista a existência de diversos outros trabalhos que versam sobre o tema. Assim, o recorte estabelecido para o tema se faz a partir de meados da década de 60 do século XX, momento apontado por Sevcenko (2002) como crucial para entendimento das mudanças que vieram. Embasou-se principalmente de textos de Sociologia e Geografia, além de Arquitetura e Urbanismo para este tema.

Após a investigação do contexto social e urbano em que estamos inseridos, incursionou-se para os estudos relativos à memória social. O segundo tema abordado, (2) memória e identidade, buscou nos principais textos referenciais sobre o tema, de autores como Maurice Halbwachs (2003) e Pierre Nora (1984), as bases para a sua compreensão. Assim como em todo o trabalho, intentou-se pela atualização das questões abordadas, além da contextualização do tema para as realidades latino-americanas e brasileiras. Para isso, autores contemporâneos internacionais, assim como brasileiros foram objetos de estudos.

Por fim, o último objeto de estudo foram as (3) percepções e apreensões. Tendo em vista os panoramas que foram anteriormente estudados nos capítulos, e com o propósito da aproximação do 'olhar' do cidadão, insere-se este capítulo. Assim como nas demais etapas, autores referenciais sobre o tema foram estudados, podemos citar Pallasmaa (2011, 2013), Okamoto (2002) e Lefebvre (2001).

Com a eminência do 'Trabalho de Conclusão de Curso II', que objetiva por uma resposta em Projeto de Arquitetura e Urbanismo para os temas abordados, todas as pesquisas e estudos buscaram, quando possível, por rebatimentos em projetos, realidades e contextos aplicados.

1. As Cidades e a Sociedade do Mundo Contemporâneo

"Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos: com uma diferença. A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações"

CALVINO, 1990, p.12

O presente trabalho parte de conceitos abrangentes de memória social, para entender de que forma o cidadão se identifica com o entorno em que vive. Este entorno, a cidade, está em constante modificação, desde suas origens até os dias atuais. Entretanto, a partir das últimas décadas do século XX bruscas modificações no modo de produção capitalista refletiram na forma como a cidade está se conformando e na maneira como nos apropriamos dela. Este capítulo pretende traçar um panorama destas modificações e busca assimilar o modo como a sociedade vem se relacionando com a urbe.

Os estudos que se referem aos espaços urbanos têm, em sua origem, a definição de cidade pelo oposto do que não é cidade. Este campo de pesquisa inicialmente definiu o urbano como um espaço de assentamento específico diferente do não-urbano, como: zona rural, campos, desertos (BRENNER, 2014, p.14). O ambiente urbano, como conhecemos hoje, é, desde suas origens, o recorte espacial onde as relações do capitalismo se efetivam. Segundo Neil Brenner (2014) é no urbano que as relações sócio-espaciais do capitalismo (mercantilização, circulação e acumulação de capital, regulação e impugnação política) são territorializadas. Além disso, o autor define o urbano como uma “abstração concreta” (BRENNER, 2014, p.12), definição que se aproxima mais da maneira como a cidade se conforma atualmente. O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1995) corrobora com a visão de Brenner, e destaca que, diferentemente do ambiente rural, a urbe é o local onde as mudanças de caráter social, histórico e econômico estão mais expressas. Sendo assim, para o geógrafo, a cidade seria ao mesmo tempo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1995, p.4), ou seja, uma materialização espacial da própria sociedade. Por ser um reflexo da sociedade, e do modo como esta se estrutura, a dicotomia urbano e não-urbano é contestada desde a virada do século XIX para o século XX. O aceleramento da industrialização, os novos meios de produção, a inserção de tecnologias nos espaços não-urbanos, fazem com que a distância entre estes espaços, urbanos e não-urbanos, sejam cada vez mais diminuídas, chegando a conexões existentes no século XXI que tornam difíceis de definir os limites da urbe (BRENNER, 2014, 2016).

Trazendo uma visão mais humana e poética do fato urbano, Bauman (2001) nos insere a clássica definição de Richard Sennet, em que a cidade é “um assentamento humano em que estranhos tem a chance de se encontrar” (SENNET *apud* BAUMAN, 2001, p.121). Antagonicamente, as cidades que, em sua origem, que remontam aos sumérios,

tinham como pretexto inicial a segurança dos seus habitantes perante agentes externos, hoje em dia vem sendo muito mais associada ao medo, ao perigo – habitar o urbano, estar inserido neste contexto, atualmente traz a sensação da insegurança (BAUMAN, 2009).

Estamos em uma fase de mudanças, iniciada nas últimas décadas do século XX, e intensificada no advento do século XXI. A intensificação da globalização, a sociedade moderna-líquida que apresenta muitas conexões com o ciberespaço, porém poucas com o entorno físico próximo, vem modificando a forma como se apodera das cidades. (BAUMAN, 2009). Estamos em um momento de transição, e não em um momento estável. É evidente, por exemplo, no fato das grandes corporações, seus edifícios de escritórios cada vez mais fortificados, cercados, inacessíveis, cumprem o papel de serem vistos ao longe, admirados, porém acessados apenas por aqueles que nele trabalham. Trabalhadores estes cada vez mais ligados ao ciberespaço, em muitas vezes mais próximos de parceiros globais, do que da realidade de entorno onde está inserido. O fato da grande corporação, e daqueles trabalhadores, estarem assentados no local onde estão se deve muito mais a uma articulação político-econômico, do que de fato um interesse pela urbe que os contêm (BAUMAN, 2009).

A globalização, intensificada a passos cada vez mais galopantes, traz para as cidades da atualidade problemas urbanos – a possibilidade de atuação, à vista dos cidadãos, é local, entretanto, as causas destes são, em sua maioria, globais. Castells (*apud* BAUMAN, 2009) aponta que atualmente tem se produzido núcleos estruturados de identidade – a minha cidade, a minha comunidade, a minha escola –, estamos nos fechando cada vez mais, com receio do externo, na tentativa de criar senso de comunidade, e trazer soluções para os problemas no entorno que estão inseridas. Com esta atitude, que à primeira vista seria interessante, os cidadãos acabam por se isolar neste mundo de questões globais, ao fazer isto, ficam

(...) “desarmadas diante do vórtice global”, e tendem a se tornar também mais fracas na hora de decidir sobre os sentidos e as identidades locais, que são suas exatamente por serem locais, para grande alegria dos operadores globais, que não tem motivo algum para temer os desarmados. (BAUMAN, 2009, p.33)

Porém, mesmo que para se solucionar questões de ordem global não devêssemos nos fechar em comunidades isoladas, e apesar de todas as conexões possíveis no ciberespaço trazidas pela globalização, é essencial ressaltar a importância do lugar.

É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes. (BAUMAN, 2009, p.35)

Em meio a este contexto de reorganizações político-econômicas presentes no século XXI, Brenner (2014) corrobora com Bauman na importância do lugar. Para o primeiro, a cidade contemporânea se converteu em um espaço de mobilização sócio-política, papel análogo fora desempenhado pelas fábricas durante o período industrial. Fica evidente nas cidades atuais a forma com que passaram a territorializar ações coletivas de confronto entre os subjugados pelo sistema e aqueles que o controlam – ‘Occupy Wall Street’, em 2011, nos EUA (Figura 1); as ‘Jornadas de Junho’ de 2013, Brasil (Figura 2); protesto contra o Brexit, em 2016, Inglaterra (Figura 3). Além de ser palco destes confrontos, a cidade se torna em finais do século XX e início do século XXI um dos objetivos das lutas sociais, conceito, por exemplo, do direito à cidade desenvolvido por Lefebvre no final da década de 1960. “Logo, o urbano já não é somente um local ou arena de conflitos políticos, mas se tornou um de seus principais interesses em disputa” (BRENNER, 2014, p.8). Concluímos que, cada vez mais as reorganizações das condições urbanas além de serem um reflexo das modificações político-culturais, passam a ser um meio pela qual é possível modificar as incoerências do capitalismo mundial.

Figura 1 - ‘Occupy Wall Street’, Nova York, EUA, 2011.¹



Fonte: Wikimedia²

¹ Movimento de protesto que teve início no dia 17 de Setembro de 2011 no centro financeiro de Nova York, Estados Unidos. O movimento tem como mote principal a luta contra as desigualdades mundiais. Disponível em: <<http://occupywallst.org>> Acesso em Junho 2017

² Disponível em: <<https://goo.gl/VBBwjP>> Acesso em Junho 2017

Figura 2 – ‘Jornadas de Junho’, Brasil, 2013.³



Fonte: Wikimedia⁴

Figura 3 – Protestos contra o ‘Brexit’, Inglaterra, 2016.⁵



Fonte: Wikimedia⁶

1.1. As complexidades líquidas do mundo atual

Mas a modernidade não foi um processo de “liquefação” desde o começo? Não foi o “derretimento dos sólidos” seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi “fluida” desde sua concepção? (BAUMAN, 2001)

³ Movimento urbano de proporções inesperadas por todo o Brasil em 2013. Teve início com os movimentos contra o aumento do valor da passagem do transporte público em São Paulo. Disponível em: <<http://interessnacional.com/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira/>> Acesso em Junho 2017

⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/kZTbNh>> Acesso em Junho 2017

⁵ Movimento de protestos contra a saída do Reino Unido na União Europeia, ocorrido em Julho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/milhares-se-reunem-em-londres-para-protestar-contrabrexit.html>> Acesso em Junho 2017

⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/Xix46y>> Acesso em Junho 2017

Traduzir as transformações que vem ocorrendo com a modernidade como liquidez é uma leitura presente e destacada para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Segundo este autor, desde sua concepção, a modernidade vem com o objetivo de desestruturar os alicerces que sustentavam as sociedades anteriores, passando desde os campos mais amplos (como política, economia, Estados) até os mais próximos ao cotidiano (comunidades, famílias, relacionamentos). Estamos vivenciando um processo de liquefação das verdades, processo este que entranha cada vez mais em nossos cotidianos. Por estarmos inseridos um processo, vivenciamos muitas vezes conflitos, a transição que vem ocorrendo não está sendo de forma suave. Mas porque a escolha da palavra “líquido”? Segundo Bauman (2001), diferentemente daquilo que é sólido, o líquido se modifica, se altera, se conforma, é leve. Entretanto, não é volátil como o gasoso, ainda apresenta conformações.

Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil que mantê-los nela. Os sólidos são moldados para sempre. Manter os fluidos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo – e mesmo assim o sucesso do esforço é tudo menos inevitável. (BAUMAN, 2001, p.15)

Por outro lado, a fluidez provoca receio e medo neste momento de transição. Como não é feito para durar, tudo se liquefaz, qual a certeza teremos de decisões tomadas, de padrões estabelecidos. Tentaremos entender alguns fatores que corroboraram para que esta complexidade líquida fosse formada, e a maneira na qual ela repercute em nossas sociedades.

As sociedades que compõem o mundo atual se apresentam em diversos estágios de inserção no capitalismo global. Seria imprudente dizer que estamos todos passando pelas mesmas experiências e transformações trazidas pelo mundo moderno-líquido. Entretanto, nota-se que, em sua maioria, as sociedades, devido as conexões da globalização e do capitalismo consumista, caminham em um sentido próximo: de nos tornarmos cada vez mais seres distantes um dos outros, com poucas ligações territoriais, homogêneos e ansiosos por inovações.

Podemos ter como um marco das transformações político-econômicas os governos Thatcher (1979 a 1990 – Inglaterra) e Reagan (1981 a 1989 – Estados Unidos) (SEVCENKO, 2002). Durante o governo destes dois líderes, em meio aos transmissões da Guerra Fria, e conjuntamente ao avanço das tecnologias de produção e comunicação, iniciou-se um processo de redução do poder do Estado sobre o caminhar das Nações.

Os governantes acima citados iniciaram um processo de desregulamentação da economia, que passou para as grandes corporações poderes de negociação mais fortes tanto com os Estados quanto com a sociedade. A partir deste momento, a sociedade se viu cada vez mais a mercê dos desmandos das empresas e sem sistemas de apoio social, o que acabou por gerar uma consciência muito mais individualista e voltada para as soluções momentâneas. Não se poderia mais fazer planos a prazos longos, foi instaurado à grande massa da população uma sensação de medo e perda de seus alicerces a qualquer momento, isso devido ao grande poder que as corporações passaram a ter (SEVCENKO, 2002).

Conjuntamente a este cenário de redução do poder do Estado, o sociólogo polonês Bauman (2005) faz uma observação pontual sobre os sujeitos formadores da nossa sociedade, observação essa que nos ajuda a entender o modo líquido que estamos lidando com os nossos pares e nosso entorno. Segundo o autor, os nossos ancestrais viviam em uma sociedade em que os sujeitos se apresentavam como, acima de tudo, seres produtores, e conjuntamente traziam consigo características deste ser produtor: “(...) aquisição e retenção de hábitos, lealdade aos costumes estabelecidos, tolerância à rotina e a padrões de comportamento repetitivos, boa vontade em adiar a satisfação, rigidez de necessidades (...)” (BAUMAN, 2005, p.72). Estamos inseridos neste momento em uma sociedade em que os sujeitos são moldados e treinados como consumidores, e não mais como produtores, e atrelado a este atributo de consumidor advém os “vícios mais apavorantes” (BAUMAN, 2005, p.72), muitas vezes opostos àqueles formadores do ser produtor, como: competição, soberba, acumulação, satisfação instantânea.

Na hierarquia herdada dos valores reconhecidos, a ‘síndrome consumista’ destronou a duração, promoveu a transitoriedade e colocou o valor da novidade acima do valor da permanência (BAUMAN, 2005, p.83).

Tendo em vista a sociedade em que vivemos, e o modo com o Estado e as corporações se apresentam, notamos que passamos cada vez mais a levantar barreiras e criar fronteiras, para nos distanciarmos daqueles que são diferentes de nós – um ato provocado por essa aura de individualismo e medo. Constata-se em nosso entorno urbano a emergência cada vez mais abrangente de espaços segregados – shopping centers, muros de condomínios, grades, portarias de vigilantes. Entretanto, a tese do antropólogo norueguês Fredrik Barth (*apud* BAUMAN, 2009) é que, ao contrário da opinião comum, que fronteiras são traçadas para separar diferenças, o que acontece são que ao se demarcar as fronteiras que muitas das vezes as diferenças são percebidas.

Ou seja, a partir do momento que a fronteira é traçada, as diferenças se sobressaem, se destacam.

Estamos assim inseridos em mundo segregado que se vive progressivamente entre iguais. Passamos a rechaçar as diferenças, com receio de lidar com conflitos, sem enfrentarmos “a amolação de ter de traduzir um mundo de significados em outro” (BAUMAN, 2009, p.46). Neste quesito, podemos chamar atenção pelas segregações incentivadas e causadas pelas redes sociais – hoje tão presentes e constantes em nosso cotidiano. É comum ouvir relatos que expressam a sensação de se estar convivendo em uma ‘bolha social’ nas redes sociais, isso se deve principalmente pela questão dos algoritmos presentes neste sistema de interação virtual (PARISER, 2012). As redes sociais são projetadas de forma se ter acesso apenas aquilo que te interessa, aquilo que já se teve algum contato prévio, que se assemelha com o que se interage. Dessa forma, acabamos por estar, até mesmo no ciberespaço, segregados a viver entre iguais, sem a possibilidade de contato com ideias diferentes da nossa, sem aprender, como diz Bauman, “a arte de negociar significados” (BAUMAN, 2009, p.46).

A arte de viver pacífica e alegremente com as diferenças e de extrair benefícios dessa variedade de estímulos e oportunidades está se transformando na mais importante das aptidões que um cidadão precisa aprender e exercitar. (BAUMAN, 2009, p.48)

Muito embora receosos da vida em comunidades, e com medo daqueles sujeitos ditos ‘estrangeiros’ aos nossos iguais, o indivíduo, segundo Émile Durkheim (*apud* TARDELLI, 2016), não pode suportar a existência de forma solitária “é o social que forja a liga que une os indivíduos”. Se não vivêssemos em sociedade, se não ocorresse a interação, a troca de experiências, vivenciariamos a anomia social. Gabriel Tardelli (2016) destaca que são nestes períodos de transição, períodos de crise, como o que estamos vivenciando, que os sentimentos de sinergia e integração são abalados, perdem-se as expectativas. Porém, a fuga social, a perda dos laços que nos mantém unidos irá provocar em nossas sociedades atritos maiores.

Assim, nota-se que a liquidez moderna é conjuntural. Lidar com estas características e saber de que forma podemos superar, enquanto sociedade, os desafios que estão surgindo é o principal mote de nossas vivências atuais. Estamos em meio a uma fase de mudanças, onde os caminhos que decidiremos percorrer irão definir o nosso futuro. Estamos em um momento de transição, e não em um momento estável.

1.2. A cidade – e o mundo – formado por camadas e redes

A sequência de manchetes abaixo (Figura 4, Figura 5 e Figura 6) ilustra o panorama que estamos vivendo atualmente. Segundo relatório da ONU (UN DESA, 2007), desde o ano de 2007, mais da metade da população mundial passou a viver em cidades. Este é um fato inédito. Nicolau Sevcenko (2002) apontou que cerca de 1,5 bilhão de pessoas estão vivendo em áreas urbanas, “Ou seja, três de cada cinco seres humanos.” (SEVCENKO, 2002). Fato alarmante que levanta as indagações, qual a definição de cidades? Como se estrutura e organiza o espaço urbano?

Figura 4 – Manchete Jornal “The Guardian” – 17 de Janeiro de 2007

Streets ahead

More than half of the world's people will soon live in cities. David Satterthwaite asks whether aid agencies and governments are ready for the social and environmental implications of the urban phenomenon

Fonte: The Guardian Online ⁷

Figura 5 – Manchete do Jornal “Folha de São Paulo” – 28 de Junho de 2007

População das cidades se iguala à rural no planeta

Para a ONU, processo pode ser positivo; áreas urbanas concentram pobreza, mas também permitem sair dela

Onda de urbanização se concentra agora na África e na Ásia; fenômeno só terá saldo benéfico com maiores planejamento e poder local

Fonte: Folha de São Paulo Online ⁸

⁷ Tradução Livre: *Estradas à frente / Mais da metade da população mundial viverá em breve nas cidades. David Satterthwaite questiona se as agências e os governos estão preparados para as implicações social e ambientais do fenômeno urbano.* Disponível em:

<www.theguardian.com/environment/2007/jan/17/society.pollution> Acesso em Maio 2017.

⁸ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2806200706.htm> Acesso em Maio 2017.

Figura 6 – Manchete do Jornal “The New York Times” – 10 de Julho de 2014



Fonte: The New York Times Online ⁹

Inicialmente, podemos questionar os dados levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Brenner (2016), a definição de que mais da metade da população humana está vivendo em cidades parte do conceito universal de “cidades”, questiona-se então se estas unidades de assentamentos humano podem ser de fato universais. Entendemos hoje que existem variadas morfologias e organizações das mesmas, e que unifica-las sobre a insígnia única de cidades, e partir desta definição para sustentar um dado poderia se enquadrar como uma estratégia alarmista. Os assentamentos humanos são dos mais diversos – há vilas, distritos, cidades, metrópoles, conurbações, e estão localizadas em variadas partes do globo apresentando múltiplas morfologias. Porém um dado é fato, ao estarem inseridas no contexto mundial da globalização e do capitalismo atual, estas unidades de assentamentos humanos têm em comum uma “forma complexa de sincronias e assincronias, composta por dependências mútuas de cadeias de ações e atividades complementares, com relativa coordenação entre as ações” (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010). Entendemos assim estes espaços como um conjunto de redes e camadas que coabitam e se interpenetram.

Exemplos de redes e camadas que coabitam as cidades são muitos, para se citar exemplos, podemos elencar aquelas que são principalmente físicas: como as redes de infraestrutura – redes de água, esgoto, pontes, viadutos, ruas e avenidas, redes de transportes. E aquelas também que não são expressamente tangíveis: as redes sociais

⁹ Tradução Livre: *Nações Unidas verificam que maioria população vive hoje em cidades / Nações Unidas – Mais do que a metade da humanidade vive agora em cidades, e mais passarão a viver. O mundo terá que confrontar como fazer as cidades mais ajustáveis para a habitação humana.* Disponível em: <www.nytimes.com/2014/07/11/world/more-than-half-the-global-population-growth-is-urban-united-nations-report-finds.html?_r=0> Acesso em Maio 2017.

humanas (que abordaremos mais profundamente ao longo deste texto), as camadas do tempo, as redes e camadas do ciberespaço.

Para ilustrar as diferenças encontradas nas complexidades e abrangências destas redes e camadas, tendo em vista o contexto macro em que estão inseridas e a unidade de assentamento em que habitam, destacaremos dentro da rede de transportes as linhas de metrô. As cinco cidades brasileiras que apresentam as maiores linhas de transporte ferroviário rápido urbano público (metrô) são¹⁰: São Paulo, SP (74,3 km), Brasília, DF (42,4 km), Rio de Janeiro, RJ (40,9 km), Recife, PE (39,5 km), Belo Horizonte, MG (28,2 km) e Teresina, PI (12,5 km) (MOBILIZE, 2013). Somando-se a quilometragem das linhas de metrô das cinco cidades chegaremos ao número total de 237,8 km. Em comparação, segundo o site oficial¹¹ dos transportes na capital da Inglaterra, Londres, a cidade conta com uma linha de metrô que compreende 402 km (TFL, 2017). As cinco maiores linhas de transporte ferroviário urbano público brasileiras alcançam, somadas, pouco mais da metade da extensão da linha de metrô londrina. A partir deste exemplo, podemos compreender que apesar de serem formadas por camadas e redes, as unidades de assentamento humano apresentam complexidades e abrangências que as diferem, sendo de extrema relevância a análise do contexto abordado.

Apesar destas diferenças de complexidades, algo que aproxima a leitura das cidades – entendendo cidade como qualquer amplitude e conformação de assentamento humano – é a sua experiência ampliada proporcionada pelos meios de digitais de interação. O espaço urbano e não-urbano contemporâneo não pode ser mais entendido apenas como os ambientes físicos, eles se valem das interações entre camadas e fluxos concretos e digitais (FIRMINO, 2010). Manuel Castells (*apud* FIRMINO, 2010), sociólogo espanhol, define estes meios digitais como “espaço de fluxos” (CASTELLS *apud* FIRMINO, 2010), Lev Manovich (*apud* FIRMINO, 2010), pesquisador americano das novas mídias, os chama de “dataspace” (MANOVICH *apud* FIRMINO, 2010). A compreensão a que estes autores chegam é que os meios de interação digital contribuem para uma experiência ampliada do espaço sem precedentes.

¹⁰ Dados referentes ao ano de 2013, coletados no site Mobilize. Disponível em: <www.mobilize.org.br/estatisticas/3/extensao-do-metro-nas-cidades-brasileiras-km.html> Acesso em Maio 2017.

¹¹ “Transport for London”. Disponível em: <www.tfl.gov.uk/corporate/about-tfl/what-we-do/london-underground/facts-and-figures> Acesso em Maio 2017.

Nossa experiência no espaço tornou-se mais intensa, mais independente de suas características e limitações físicas, de suas escalas, e mais determinada pelas ações e comunicações (em forma e conteúdo) que se dão na reprodução do próprio espaço. (FIRMINO, 2010)

O espaço urbano, formado por redes e conexões que extrapolam os limites físicos, passa a ter uma abrangência de influência em que se torna impossível definir seus limites. “(...) A aparente ubiquidade da condição urbana contemporânea faz com que se pareça impossível definir” (BRENNER, 2014, p.10). Não existem mais muralhas, fossos, limites que tracem, ao contrário das antigas cidades, os limites de uma cidade. A cidade que antes fora valorizada por sua capacidade de proteção e inacessibilidade, passa a ser vista e vangloriada por suas conexões, pelos “fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios” (ROLNIK apud WALTER, 2013). As diversas camadas e complexidades de uma cidade a tornam mais interessante, viva, fascinante: “A vida urbana é intrínseca e irremediavelmente ambivalente. Quanto maior e mais heterogênea for uma cidade, maiores serão os atrativos que pode oferecer” (BAUMAN, 2009, p.47)

Ao avançarmos nos entendimentos e complexidades das redes e camadas formadoras do espaço urbano, iremos atingir as redes sociais. Podemos definir as redes sociais como aquelas baseadas nas experiências ocorridas nos espaços de convívios e nas interações sociais humanas ocasionais, elas se valem tanto dos ambientes dispersos, como ruas e avenidas, quanto dos ambientes concentrados, como pontos de ônibus, locais de trabalho, lazer e consumo, universidades, shopping centers. As redes sociais são formadas pelas relações e vínculos entre os atores sociais nas redes e pontos sociais de interação nas cidades (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010). Uma das questões principais ao tratarmos da formação das redes sociais é a sua dependência direta à possibilidade de co-presença, ou seja, o acesso que se tem a espaços e atividades da cidade. Este acesso, em sua maioria, dependente das redes de transporte – tanto pública quanto privada. “O meio de transporte utilizado tem uma influência tão grande sobre as possibilidades de apropriação do espaço quanto à rede viária que articula os locais de atividade” (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010).

Como apontam Netto, *et al.* (2010) a questão da mobilidade é um ponto crucial para o entendimento da formação das redes sociais. Grupos sociais com maior renda possuem acesso mais facilitado a meios de transportes mais rápidos e dinâmicos, o que faz com que suas interações sociais não estejam tão dependentes de proximidades físicas. “Os locais de atividade destinados a esses grupos tendem a ser menos

dependentes de uma localização específica – eles podem ser espacialmente distantes entre si” (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010). Do outro lado, grupos sociais de menor renda tem acesso limitado a meios de mobilidade, o que faz com que suas interações sociais sejam essencialmente ligadas aos espaços dos quais tem acesso em seu cotidiano. “Estudos empíricos (...) mostram que esses grupos estão mais intimamente relacionados às áreas e espaços públicos próximos às suas residências no que tange à lugares para interagir e criar laços sociais.” (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010). Ilustra-se através das interações entre as redes sociais e as redes viárias e de transportes, os pontos de contato e fusão que se dão entre as camadas e redes formadoras do espaço urbano.

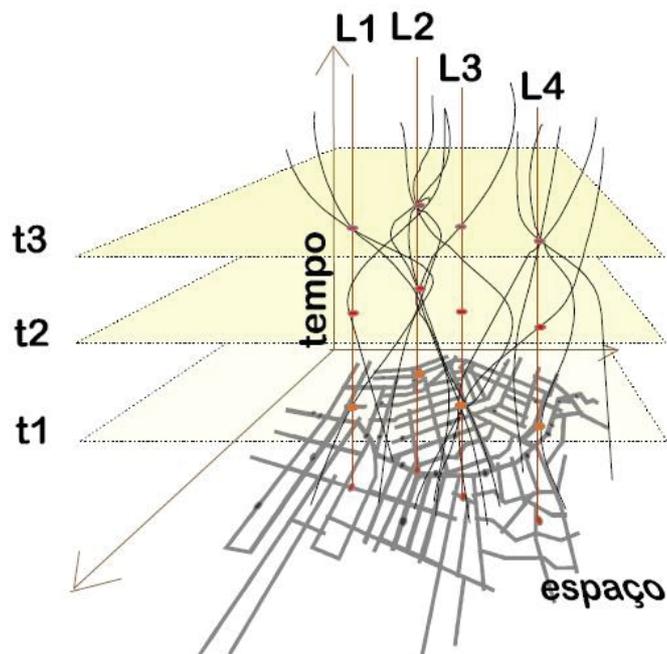
Cabe neste momento ressaltar o seguinte trecho dos autores Netto, Paschoalino e Pinheiro (2010) em que apontam os fatores que mantem a vida social urbana coesa:

Em primeiro lugar, propomos a extensão de um conceito originalmente usado pela economia espacial, a ideia de complementaridade urbana, e reparti-la em três: (a) a complementaridade das atividades urbanas localizadas no espaço, que se desdobra em (b) a complementaridade das ações entre os atores e (c) a complementaridade das ações dentro da própria rotina de um indivíduo. Articuladas, essas três complementaridades formam o cerne da vida social urbana: o que nos mantém unidos como sistemas sociais localizados. Em segundo lugar, devemos também partir o conceito de rotinização de Giddens (1984) em dois: sincronicidade [a ocorrência simultânea dos eventos e ações sociais sem que haja uma causa discernível] e recursividade das ações dos atores [o impulso à repetição, conceito explorado pelo próprio Giddens]. (NETTO; PASCHOALINO & PINHEIRO, 2010)

A partir do trecho acima entendemos de que forma nossas ações cotidianas no espaço urbana geram uma complementaridade social. Modulamos as nossas ações em sincronia ao entorno que vivemos, e pelo impulso à repetição, apontado por Anthony Giddens (1991), o entorno responde aos estímulos propostos.

A inserção da “Figura 7” tem por objetivo ilustrar o que foi abordado até então. A forma com que as redes sociais são formadas, e com elas estão dispostas em camadas complementares. A ‘Figura 7” ilustra a complexidade inerente e oculta presente nos espaços urbanos.

Figura 7 - Redes sociais atuando a cidade: recursividade, sincronicidade e complementaridade das ações no tempo, e padrões de acessibilidade e complementaridade das atividades em localizações no espaço se relacionam tanto com a aleatoriedade quanto a estruturas nas possibilidades de encontro.

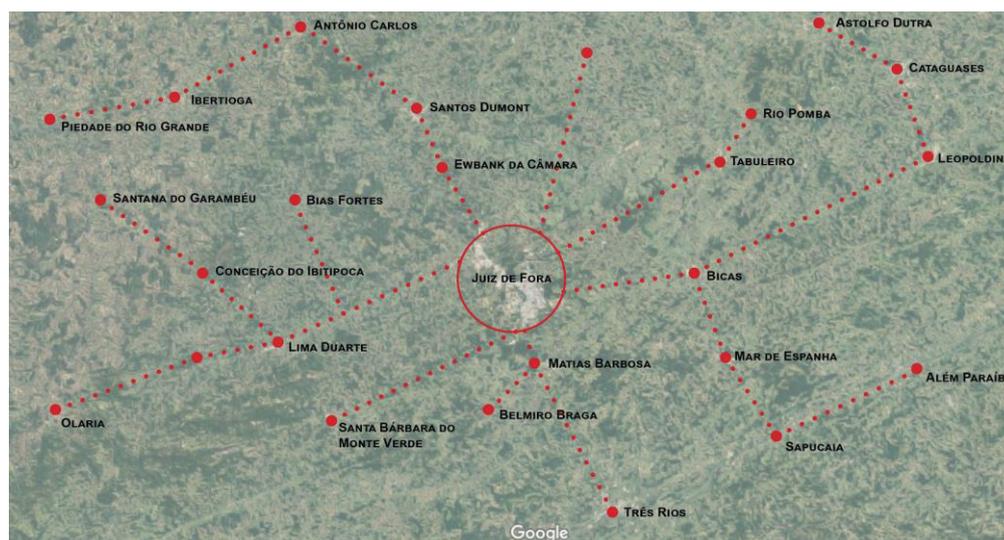


Fonte: NETTO; PASCHOALINO; PINHEIRO, 2010, p.11

Sendo os espaços urbanos progressivamente mais múltiplos, tanto na questão de usos, de fluxos, de zonas, quanto nas questões dos cidadãos que fazem uso deste espaço e o habitam. Atualmente as cidades, principalmente aquelas que tem uma infraestrutura de serviços mais abrangente, conta com um fluxo de população mais intenso.

Exemplificamos com a cidade de Juiz de Fora, considerada a cidade de referência para os habitantes da Zona da Mata de Minas Gerais, por todos os serviços de saúde, educação e compras que possui (Figura 8). Esta cidade recebe um influxo cada vez mais crescente e constante de população flutuante, e esta população faz uso, modifica e é significativa para o entendimento das conformações da cidade. Com isso, ao se partir de um estudo das redes e camadas formadoras da cidade, não basta estudar aqueles que nela habitam, com o avanço das possibilidades de locomoção, cada vez mais notamos a presença de migrantes ou de populações sazonais que também habitam – mesmo que por períodos breves de tempo – as cidades atuais.

Figura 8 – Exemplificação das cidades que têm Juiz de Fora como referência.



Fonte: Inserções sobre imagem do Google Maps.

Segundo Bauman (2001) ao estarmos inseridos em centros urbanos criamos mapas mentais delas. Os caminhos que temos acesso, os serviços que usufruímos, os meios de transporte que utilizamos, a renda que possuímos, são fatores que determinam a leitura que faremos de um determinado espaço. E a partir desta leitura criam-se mapas, e cada um de nós possui uma leitura diferenciada das unidades de assentamento humano, mapas apreendidos por cada cidadão. O autor destaca que ao criarmos estes mapas mentais, certas áreas acabam por ficarem desconhecidas, acabamos por segregar certas zonas para valorizar aquelas que fazem parte de nosso contexto. Segundo Bauman (2001):

A cidade, como outras cidades, tem muitos habitantes, cada um com um mapa da cidade em sua cabeça. (...) Os mapas que orientam os movimentos das várias categorias de habitantes não se superpõem, mas para que qualquer mapa “faça sentido”, algumas áreas da cidade devem permanecer sem sentido. (BAUMAN, 2001, p.133)

Assim o autor destaca que a existência dessas áreas ‘sem sentido’ é essencial para que as áreas apreendidas tenham coesão.

1.3. As conexões e contrapontos entre cidade e sociedade

Como já foi abordado ao longo deste trabalho, a cidade se apresenta como uma continuidade e reflexo espacial das transformações presentes na sociedade. Relevante destacar que um dos fatos inevitáveis ao se habitar espaços urbanos é a coexistência. A coexistência é um fato presente nas cidades, e este elemento pode se traduzir em momentos de conflitos – embates sociais, econômicos e/ou políticos – entre os diversos

estratos sociais e culturais formadores das realidades urbanas. Sendo assim, entender de que forma se dão estas coexistências é essencial para se compreender as cidades atuais (FIRMINO, 2010).

Estamos inseridos em um contexto, apontado por Wirth desde 1976 (*apud* TARDELLI, 2016), de enfraquecimento dos laços de parentesco, que vem acompanhado da criação de laços ‘fictícios’, além da diminuição das relações de vizinhança e da solidariedade social. O contexto de uma sociedade individualista, em que se preza mais por questões de competitividade do que de solidariedade. Estes fatos acabam por se estampar em nossas cidades. Bauman (2001) aponta que o sentido de comunidade é uma relíquia utópica presente nas sociedades ideais de outrora; o desejo por uma vizinhança próxima, que possuam melhores regras de convívio e interação social é uma fala recorrente. A cidade é conformada por vias de comunicação e diversos sistemas de serviço que acabam por criar percepções parciais, cidades fragmentadas, onde o individualismo se exacerba – salientado pelas relações passageiras e pela solidão (WALTER, 2013).

Segundo Simmel (*apud* WALTER, 2013) os cidadãos – usuários / habitantes da cidade que “ocupa espaços urbanos, desloca-se por seus diversos territórios e estabelece relações de proximidade e distância com outros cidadãos, em contextos específicos e situados” (FRÚGOLI, 2007, p.7) estão, através das diversas conexões e mudanças que a cidade gera, se desenvolvendo intelectualmente para se adaptarem à vida nas cidades. Entretanto, essa “intelectualidade que o homem acaba desenvolvendo tem o objetivo de preservar o indivíduo e adaptá-lo às constantes mudanças características das metrópoles. Isso provoca um distanciamento psíquico, uma atitude de impessoalidade na relação com o outro, ao mesmo tempo em que existe uma maior aproximação corporal” (SIMMEL, 1976 *apud* WALTER, 2013, p.41).

Esta individualidade crescente faz que passemos a coexistir nos ambientes urbanos de forma segregada, inseridos em pequenos mundos que se aproximam, mas não se interpenetram. Além disso, fica evidente nas cidades a crescente “segmentação e segregação social e espacial das formas de ocupação e valorização do território urbano” (FIRMINO, 2010). Passamos a viver em núcleos fechados, segregados, ‘bolhas’ sociais e culturais de convívio entre iguais. O espaço das ruas, antes valorizado como um grande espaço público, de acesso irrestrito para a socialização, se torna em dias atuais em um espaço de consumo. Segundo Lefebvre (*apud* WALTER, 2013), em *A Revolução Urbana* (1999), o tempo da socialização nas ruas, o tempo do andar do pedestre se transforma

no “tempo-mercadoria” (LEFEBVRE *apud* WALTER, 2013); as relações sociais antes estabelecidas se transformam agora em relações de compra e venda. Ao segregar o espaço da rua pelo valor financeiro, acaba-se por segregar estratos sociais que irão utilizar aqueles ambientes, tornando as ‘bolhas’ sociais e culturais de convívio progressivamente mais restritas.

Bauman polariza os habitantes da cidade em duas esferas: os cidadãos ‘primeira fila’ e os cidadãos ‘última fila’. Segundo o autor, os que pertencem ao primeiro grupo não tem seus interesses ligados ao local que habitam, sua identificação não se dá pela proximidade com o espaço; devido às diversas conexões que este grupo realiza com habitantes de outras partes do globo, a proximidade com questões locais é esvaziada.

Eles não estão interessados, portanto, nos negócios da “sua” cidade: ela não passa de um lugar como outros e como todos, pequeno e insignificante, quando visto da posição privilegiada do ciberespaço, sua verdadeira – embora virtual – morada (BAUMAN, 2009, p.27).

Na outra extremidade está àquele grupo cuja as questões locais são o que lhes resta. Exatamente pela dificuldade de conexão com o ciberespaço, este grupo se identifica e se relaciona com as temáticas próprias do local que habitam. É na cidade que os cidadãos ‘última fila’ vão à luta e batalham por uma posição na sociedade, uma vida digna. Além disso, segundo Bauman (2009), estes grupos muitas vezes estão ligados às “redes locais fragmentárias” (BAUMAN, 2009, p.28) que tem, em sua maioria, bases étnicas, sendo depositários de confiança na sua própria comunidade para almejarem a defesa de seus interesses e a busca por uma melhor qualidade de vida. “Para eles, é dentro da cidade que moram que se declara e se combate a luta – às vezes vencida, mas com maior frequência perdida – para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo” (BAUMAN, 2009, p.28).

Uma outra importante contribuição do sociólogo polonês, é a formação dos guetos urbanos. Os cidadãos de ‘primeira fila’ ao optarem pela segregação, acabam por conformar o que o autor chama de ‘guetos voluntários’ – nichos segregados em que se sentem confortáveis e que têm os outros guetos como espaços “nos quais não entrarão jamais” (BAUMAN, 2009, p.40). No outro extremo, os cidadãos ‘última fila’ acabam por serem confinados nos ‘guetos involuntários – nichos segregados e excluídos “do qual não lhes é permitido sair” (*Ibid*, p.40).

Nossas cidades, na contemporaneidade, estão se tornando cada vez mais plurais. As diferenças entre os cidadãos que as habitam estão cada vez mais evidenciadas, e isso

se deve a um avanço cultural de nossa sociedade, em que ser diferente passa a ser cada vez mais aceito e possível, através mesmo de conquistas na forma de leis. Por outro lado, em uma sociedade que se vê cada vez mais múltipla, surgem aqueles que rechaçam o diferente, segundo Bauman (2009) podemos defini-los como portadores da mixofobia, o medo de misturar-se. Como indica o autor, ao passo que as variedades humanas na cidade tendem a cada vez mais aumentar (nacionalidades, etnias, sexualidades, opções políticas, estilos, culturas, dentre outras) acaba-se por favorecer o aumento de tendências segregacionistas. E estas, por sua vez, acabam se expressando na forma como se constrói as cidades. É notável nas cidades, nos edifícios, nas áreas públicas, estratégias de expulsão e segregação: altos muros, cercas, pinos para não se permitir sentar, bancos estreitos em que não é possível deitar, câmeras, guaritas de segurança, praças secas e não convidativas. Todos estes exemplos refletem como a mixofobia está presente em nosso cotidiano. Contrário a este movimento, Bauman (2009) defende o incentivo da mixofilia – o gosto por misturar-se.

Seria mais favorável à proteção e ao cultivo de sentimentos mixófilos – no planejamento arquitetônico e urbano – a estratégia oposta: difusão de espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores, que todo tipo de cidadão teria vontade de frequentar assiduamente e compartilhar voluntariamente e de bom grado. (BAUMAN, 2009, p.50)

Contribuindo para o surgimento de sentimentos ‘mixofobicos’ estão a tecnologia e seus produtos (computadores, notebooks, smartphones, smartwatches). Segundo Sevcenko (2002), a sociedade formada pelas gerações mais recentes (yuppies, bobos e digeratis) passam por um processo que o autor definiu como “a secessão dos bem-sucedidos” (SEVCENKO, 2002). Por estarem inseridos em um mundo cada vez mais conectado, em que não se faz mais necessária a presença física, estes grupos acabam por optar pela segregação, abandonando as cidades, se resguardando em condomínios fechados, prédios com estruturas de segurança, subúrbios com maior ‘qualidade de vida’. Além de se sentirem mais seguros, os habitantes destes locais segregados acabam por se valer de vantagens proporcionadas pelas administradoras destes espaços, que investem o dinheiro depositado a eles no próprio empreendimento que habitam, como a melhoria de serviços básicos e alguns supérfluos. Diferentemente daqueles que não tem a opção de viver nestes ambientes ‘de luxo’ e acabam a mercê de serviços públicos precariamente oferecidos pela administração da urbe que habitam.

É notável nas cidades a presença progressivamente maior da cultura do medo. Esta cultura do medo advém das inseguranças sentidas e plantadas no cerne da população,

fazendo com que os espaços e ambientes públicos passem a ser cada vez menos vivenciados, reduzindo assim as possibilidades de compartilhamento da vida pública.

O problema, porém, é que com a insegurança, estão destinados a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana. (BAUMAN, 2009, p.68)

Segundo Richard Sennet (*apud* BAUMAN, 2001, p.122) podemos entender o termo 'civildade' como a máscara que os cidadãos usam para a convivência em sociedade. Ao se relacionar, ao se viver em espaço públicos e/ou espaços que contenham relações sociais, nos, segundo Sennet, utilizamos da civildade para transparecer nossa face pública. Em meio a convivência de outros utilizamos desta máscara para não sobrecarregar aqueles que convivemos com nossas especificidades e sentimentos privados. A civildade é entendida como uma construção social do indivíduo para o convívio em ambientes públicos. Ao se apreender o modo como a cidade vem se estruturando na contemporaneidade e tendo o conceito de civildade em mãos, Bauman (2001) categoriza os espaços públicos, mas não civis, em quatro tipos: (1) os espaços interditórios, (2) os espaços de consumo, (3) os não lugares e (4) os espaços vazios.

Os espaços interditórios (1) seriam aqueles cuja premissa inicial era de se formar um espaço público, porém, tendo em vista os projetos arquitetônicos e urbanísticos em voga, acabam por se tornar espaços de passagem, espaços transitórios. Para exemplificar tal espaço, Bauman (2001) utiliza da praça La Defense em Paris (Figura 9), o autor nos mostra que este local se estrutura como uma grande área livre, com espaços mínimos e poucos convidativos de estar; além disso, a praça está circundada por edifícios altos, com suas fachadas envidraçadas em que não se identifica facilmente qualquer abertura de entrada – grandes prismas de vidro – que, conjuntamente ao projeto da praça, tornam o espaço pouco agradável para se estar, conformando-se um ponto onde apenas se transita em direção aos edifícios, ou em direção a entrada do metrô. Só se utiliza deste espaço aquele que tem um objetivo neste local, ir aos edifícios do entorno, um espaço segregado que não atraí aquele que não se insere nos contextos das corporações que habitam estes prismas.

Figura 9 – Praça ‘La Defense’, Paris, França.



Fonte: Pixabay¹²

Já os espaços de consumo (2) estão mais presentes em nosso cotidiano, tendo em vista, como já foi mostrado, que passamos de uma sociedade formada por produtores para uma sociedade formada por consumidores, grandes exemplos de espaços ditos públicos que podemos considerar bem sucedidos são aqueles espaços comercializáveis. Entendemos como exemplos de espaços de consumo aqueles como as galerias comerciais, os centros de consumo (shopping centers, grandes magazines), os centros históricos de consumo cultural, etc. Porém, o que estes espaços apresentam em comum é a não presença do diferente, transforma-se todos aqueles que estão ali em seres de consumo, semelhantes, neutralizados, homogêneos.

Figura 10 – ‘Mister Shopping’, espaço de consumo (2) localizado na região central de Juiz de Fora



Fonte: Arquivo Pessoal

¹² Disponível em: <<https://goo.gl/nf5U5C>> Acesso em Junho 2017

Neste ponto, cabe incluir um pensamento trazido pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss (*apud* BAUMAN, 2001). Para este pesquisador belga, ao se fazer necessário lidar com a alteridade dos outros, a humanidade lidou apenas de duas formas: uma antropoêmica, e a outra antropofágica. Para a maneira antropoêmica entende-se por separar, segregar, impedir a interação social daquele que é diferente, que não se encaixa na forma da classe dominante, exemplifica-se pelo aprisionamento, pela deportação, pelo assassinato – formas mais presentes e cotidianas para exemplificar seriam a formação dos guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços; ou também os espaços interditórios (1). Já a maneira antropofágica é aquela que se apropria do diferente e o torna igual ao grupo dominante, não assimila suas diferenças, impõe ao grupo dominado suas crenças, sua forma de lidar com o entorno, suas verdades. Exemplificações na história se dão pelas cruzadas ocorridas na Idade Média, pela catequização dos índios na América do Sul – exemplos contemporâneos são, dentre outros, os espaços de consumo (2). As duas maneiras de lidar com a alteridade dos outros não preveem sua articulação aos ideais dominantes, a forma *êmica* exila, distancia, a forma *fágica* aniquila, suspende.

Para definir as duas próximas categorias de espaço (3) e (4), Bauman (2001) faz referência a outros pesquisadores. Para os não-lugares (3) o autor se referencia em Georges Benko e também em Marc Augé. Segundo estes autores, os não-lugares seriam aqueles locais em que não se é possível criar uma identificação, um espaço que não permite apropriação, a criação de memória. Seriam locais em que a presença humana é meramente física e não social, a interação não incentivada, porém não é expelida como nos espaços interditórios (1).

Um bom exemplo seria o Largo do Riachuelo na cidade de Juiz de Fora (Figura 11), local que permite a passagem, uma certa interação, mas pela forma com que ele está inserido no contexto urbano, e a forma como o espaço é estruturado, ele não permite a identificação, o transformar de um espaço em lugar.

Figura 11 – O Largo do Riachuelo (Juiz de Fora, MG) como representativo de um não-lugar (3)



Fonte: Arquivo Pessoal

Para a última definição dos espaços públicos não civis, Bauman (2001) se utiliza da teoria apresentada Jerzy Kociatkiewicz e Monika Kostera, pensadores que cunharam o termo espaços vazios (4). Seriam espaços vazios (4) aqueles espaços que sobram em projetos arquitetônicos e urbanísticos, aqueles que não tem função, vazios de significado. Estes espaços surgem muitas vezes após grandes projetos de empreendimentos e/ou estruturas, e são espaços em que não há uma colonização, ou não se pretende ser colonizável. Na cidade de Juiz de Fora, um dos grandes exemplos que vem à mente quando pensamos em espaços intencionalmente vazios é a Praça da Curva do Lacet (Figura 12) – espaço que foi esvaziado após a inserção do Independência Shopping em sua adjacência.

Figura 12 – Sequência de fotos mostrando o espaço esvaziado da Praça da Curva do Lacet. Juiz de Fora, Minas Gerais.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Lugares “públicos mas não civis” permitem que lavemos nossas mãos de qualquer intercâmbio com os estranhos à nossa volta e que evitemos o comércio arriscado, a comunicação difícil, a negociação enervante e as concessões irritantes. (BAUMAN, 2001, p.134)

Diante desta complexidade de fatos presentes nas relações entre a sociedade e a cidade, cabe inserir um dos mais importantes conceitos e estudos sobre as cidades modernas: a atitude *blasé* de Simmel (1976 *apud* TARDELLI, 2016). Segundo o autor esta atitude tão presente nos cidadãos advém de duas fontes: uma fisiológica e outra econômica. Em relação à primeira, o sujeito, inserido em uma cidade cada vez mais caótica de informações, mudanças bruscas, velocidades, sons, ou seja, estímulos nervosos, passa a ter os seus “nervos esgarçados” por tantos estímulos, e dessa forma cada vez menos suscetível a reagir a novas sensações, o que o torna *blasé*. Para a fonte econômica, explica-se pelo fato de que na sociedade atual o dinheiro assumiu o papel de principal nivelador das coisas, o grande denominador comum do que quer que seja. Sendo assim, tudo aquilo que o sujeito interage perde a sua substancialidade, sua essência, sua individualidade, e acaba por ser nivelado pelo seu valor monetário; o que faz com que o sujeito perceba o seu entorno de forma opaca e uniforme, potencializando a referida atitude.

Para finalizar as análises apresentadas neste capítulo, trazemos um pensamento presente nas antigas cidades medievais alemãs: “*Stadluft macht frei*”, que significa: o ar da cidade liberta. Era pensado nesta época que a cidade trazia consigo as possibilidades de uma vida livre, abriam-se as possibilidades ao se adentrar na vida em uma cidade. A cidade surpreendia, fatos impensáveis poderiam ocorrer, encontros inimagináveis (BAUMAN, 2009, p.86). E é isto que deve ser buscado e encorajado para continuar acontecendo.

2. Memória e Identidade

“Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades da janela, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”

CALVINO, 1990, p.15

Os dois principais conceitos abordados neste capítulo da monografia estão estreitamente ligados: memória e identidade. Alguns dos autores que serão abordados defendem uma compreensão da formação da identidade, tanto ao nível individual quanto coletivo, a partir da sua memória. Da mesma forma que para se compreender a formação da memória, como ela vem sendo apropriada, o que se mantém, o que se perdeu, deve-se ter em mente como foi formada a identidade do sujeito ou grupo que se estuda. (HALBWACHS, 2003; BOSI, 2003; NORA, 1984)

É notável que em diferentes regiões do globo a busca pelo passado está estampada nas cidades (HUYSSSEN, 2000). A valorização de antigos centros históricos, a transformação de cidades em verdadeiros museus a céu aberto, o *boom* na construção de edifícios de museus, além de elementos mais prosaicos apontados por Andreas Huyssen (2000), como a literatura memorialística, o aumento no número de documentários e filmes que ressaltam fatos passados, assim como a difusão do tema da memória nas artes visuais. A questão da identidade também se destaca nos últimos tempos, sendo crescente o número de grupos sociais historicamente oprimidos que estão começando a ter voz, procurando um caminho para trilhar. Em contraponto têm-se a perda de referenciais históricos, culturais e arquitetônicos, essenciais para a composição da identidade, causadas, dentre outras formas, pela valorização de um progresso a qualquer custo, com aval principalmente dos grupos sociais opressores (JACQUES, 2008).

O interesse por estes dois campos de estudo vem se ampliando desde a década de 1970; pode-se afirmar que são temas que apresentam (além dos fatores citados anteriormente) uma similaridade pelo fato de virem à tona em momentos de crise, de perda de bastiões. Le Goof (*apud* ABREU, 1998) crê que a busca por uma referência ao passado se dá pelos momentos críticos vividos no século XX (guerras, fomes, holocaustos) e com o fim da valorização do olhar para o futuro a todo custo, fundado pelos Iluministas. Se deve, também, pelo receio com a capacidade, agora adquirida, da autodestruição da espécie humana. Além disso, a busca por conceitos de identidade está ligada também aos movimentos de globalização, em que se nota a perda de uma identidade local, uma homogeneização das identidades, fazendo com que a referência ao passado seja uma grande aliada na tentativa de se retomar o que existia. Entretanto, abordaremos no decorrer do capítulo as incongruências que estes temas apresentam, levando se em conta o mundo moderno-líquido (BAUMAN, 2005) que vivemos.

2.1. Apontamentos sobre memória

Faz-se necessário, ao se iniciar alguns apontamentos relativos à memória, a diferenciação entre memória e história. A par dos conceitos cotidianamente abordados, em que os termos são colocados de certa maneira como sinônimos, estes dois campos de estudo estão próximos, porém apresentam diferenças relevantes, que os distanciam mais do que os aproximam. Maurice Halbwachs (2003) já na primeira metade do século XX nos mostrava que memória e história se apresentavam distantes em sua definição: para o autor a memória coletiva termina quando a história se faz necessária. Assim, a memória se faz no presente, no cotidiano das pessoas, ela é guiada por um grupo vivo, é passível de interpretações, modificações. Já a história entra em cena quando o grupo já não existe mais, quando se faz necessário registrar fatos que ocorreram. Perde-se a multiplicidade da memória, e se registra os fatos tendo o viés do historiador. Pierre Nora (1984) corrobora com este entendimento, afirmando que a memória está em constante evolução, apresenta deformações, expansões e retrações. Já a história é rígida, estática, uma operação intelectual, acadêmica que tem por preceito a análise e o discurso crítico. A memória está imbuída no presente do grupo ao qual pertence, é múltipla, atuante tanto na pluralidade quanto na individualidade. A história apresenta vocação para ser universal, abrangente. Ainda segundo Nora, a memória está intimamente ligada ao espaço, aos objetos, aos gestos, enquanto a história se apresenta ligada às evoluções e às relações das coisas. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1984, p.9). É notória, assim, a diferenciação entre estes dois campos do saber.

Entretanto, nas últimas décadas é crescente o número de estudos, dentro do campo ampliado da História, da metodologia de pesquisa intitulada ‘História Oral’ (BENJAMIN, 1985; BOSI, 1994; NORA, 1984). Esta metodologia se baseia no registro através de entrevistas com pessoas para que possam fazer o seu testemunho sobre acontecimentos, modos de vida, situações políticas, e/ou outros fatos presentes na história recente. Desta forma, se relativiza o academicismo imparcial da História aliando à ela registros parciais de pessoas comuns para se construir história. Porém, tendo em vista a definição de memória apresentada, não podemos chamar estes registros de história oral de registros de memórias, a partir do momento em que se faz necessário o registro, a memória se esvazia de seu significado (HALBWACHS, 2003).

De maneira prosaica, memória é entendida como algo relativo ao indivíduo, reservada ao campo íntimo, compartilhada por parentes e amigos próximos, tendo como suportes

objetos que são guardados com carinho e/ou fotos que registram momentos especiais. Nos anos 1920-30, entretanto, Halbwachs “já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social” (POLLAK, 1992, p.2), incluindo nesta leitura os entendimentos do campo da sociologia que levam em consideração o meio em que o sujeito está inserido.

Segundo a leitura de Bosi (1994) podemos tomar conhecimento sobre os dois entendimentos de memória que nos são trazidos por dois grandes teóricos: Henri Bergson e Maurice Halbwachs (2003). E de certa maneira, como eles se contrapõem e se excluem. Pode-se dizer que a grande diferença entre os dois autores está no fato de que para Halbwachs não há como analisar a memória do sujeito sem levar em consideração a sociedade, o contexto social, as relações familiares, enfim, as referências que este sujeito carrega consigo. Já para Bergson, a memória é entendida como um fator isolado ao sujeito, em seus estudos o autor não considerou as relações sociais que afetam na formação, percepção, leitura e análise de suas memórias. Para Bergson, a memória estaria ligada à pura subjetividade (o espírito) do sujeito, e a percepção estaria ligada à pura exterioridade (a matéria) do mesmo. A lembrança bergsoniana supõe a memória como uma retomada de fatos do passado, de forma pura, sem interferências, quase onírica – porém até mesmo os sonhos são influenciados por quem somos hoje, por nossas referências (BOSI, 1994). Por sua vez, Halbwachs nos mostra que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (*apud* BOSI, 1994, p.55). Além disso, o autor mostra, como já citado, a importância das referências – sociedade, contexto social, etc. - e de quem nós somos hoje para o entendimento dos fatos do passado.

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (*apud* BOSI, 1994, p.55).

Dentre as diversas contribuições de Bergson (*apud* BOSI, 1994) estão as definições que o autor faz de duas memórias: a memória isolada e a memória hábito. A memória isolada seria aquela singular, evocado por um momento único na vida, sem paralelos. Esta definição de memória remete a momentos não repetitivos, algo fora do cotidiano, que surge à mente de forma quase inconsciente e nos remete a fatos isolados, como a lembrança visual de algo vivido na infância, o cheiro característico de um local visitado, etc. Já a memória hábito seria aquela ligada a fatos cotidianos, mecânicos e repetitivos.

Como a memória do caminho para se chegar a um local frequentado cotidianamente, ou assim como o ato de escrever, ou o de falar uma língua estrangeira. Dessa forma, para esta definição de memória se inserem todos os fatos da memória como elemento vivo e presente, apesar de não descartar a memória isolada que não está inserida no cotidiano, mas surge em momentos singulares. Ambas as memórias são relevantes, necessárias e importantes ao nosso cotidiano.

Abordando tanto a memória individual quanto a memória coletiva podemos introduzir os elementos que as constituem. De maneira geral, pode-se dizer que elas apresentam elementos semelhantes que se diferenciam na forma como são assimilados. Segundo Pollak (1992) temos como primeira fonte de memória os acontecimentos diretamente vividos pelo grupo ou indivíduo; como uma segunda fonte de memória estão os acontecimentos caracterizados pelo autor como “vividos por tabela” (POLLAK, 1992, p.2), que são aqueles vivenciados pelo grupo que se está inserido ou pela coletividade de grupos, mas não pelo indivíduo – estes acontecimentos são assimilados pela memória por meio da socialização tanto política quanto histórica. Incluem-se como elementos de memória também pessoas, personagens, lugares, elementos do espaço, além dos acontecimentos que se passaram com elas e/ou neles.

Tendo em vista o objetivo a que se quer chegar com o presente trabalho, questionar o lugar da memória na arquitetura das cidades modernas-líquidas, trataremos da memória como um fato social, memória coletiva como apontada por Halbwachs (2003). Sendo assim, a memória coletiva é “(...) um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo” (ABREU, 1998, p.84). A importância das memórias individuais não será negligenciada, porém elas serão analisadas e entendidas no contexto amplo da memória social, como se articulam e contribuem para a sua formação.

Como já explicitado, a memória coletiva é um elemento vivo, que está inserido no momento presente e está intimamente ligada à um grupo. Por ser algo não registrado, que se além a funções do cotidiano, a memória coletiva é fluida e que “retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo” (ABREU, 1998, p.84). Por esse sentido Andreas Huyssen (2000) caracteriza memória como “transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social” (HUYSSSEN, 2000, p.37). Tendo isto em vista, podemos concluir que a memória é subjetiva, ela se molda de acordo com o grupo que a mantém. Além disso

a memória é seletiva, portanto para se conseguir fazer um estudo sobre ela é necessário o cuidado com o contexto em que ela está inserida. Por outro lado, a própria interpretação da memória não é objetiva, ela carrega consigo os pré-conceitos do sujeito que a analisa.

Outrossim, além de ser um elemento do passado que está presente no dia-a-dia, a memória tem uma importância vital como indicador de futuro. Um grupo, que reconhece o seu passado e se apropria dele, identifica de forma mais clara os seus pares, e desta maneira consegue criar dentro dele mesmo um sentimento de continuidade, de constante construção, e por isso, como aponta Merleau-Ponty (*apud*. BOSI, 2003, p.66) “o tempo da lembrança não é o passado mas o futuro do passado”. A memória, como veremos numa próxima seção, é grande formadora de identidade de um coletivo, Halbwachs (2003) intitula essa conexão de grupo formada pela memória como ‘comunidade afetiva’, uma das funções positivas desempenhadas pela memória.

O grande palco para acontecimento de todas estas memórias tanto coletivas quanto individuais nos dias atuais é a cidade. As memórias necessitam de um espaço e tempo para se ancorarem, e temos o espaço urbano como o grande aglutinador destas memórias. Maurício Abreu (1998) em seu trabalho ‘Sobre a memória das cidades’ elucida que para que se tenha uma memória referida a um determinado lugar, se faz necessário que o grupo em questão estabeleça ali relações sociais, que podem ser das mais diversas, como dominação, cooperação, conflito. Por ser o espaço nos dias atuais em que as relações sociais estão mais presentes, a cidade passa a ser um grande reduto de memórias dos mais diversos grupos. Todavia, é importante diferenciar dois termos em voga ‘memória urbana’ e ‘memória da cidade’. O primeiro refere-se as lembranças do modo de vida urbano, sem referência a um local específico; o segundo faz uso do referencial material, o local específico, como já apontou Milton Santos (*apud* ABREU, 1998) o urbano está ligado ao abstrato, ao geral, enquanto cidade diz respeito ao particular.

Se pautarmos o nosso discurso quanto à memória baseado apenas em autores de meados do século XX estaríamos sendo negligentes quanto à influência que a globalização faz nesse quesito (e junto a ela a mídia, internet, avanço nas tecnologias de transporte). Estamos vivendo em um mundo em constante transformação, em que as conexões entre pessoas e lugares são efêmeras e superficiais (BAUMAN, 2001) e, conjuntamente, nota-se o avanço crescente no interesse em temas relativos à memória. Constituem uma dialética, ao mesmo tempo em que estamos vivendo uma época com

alta velocidade e contínuo encolhimento do espaço e do tempo, ela nos provoca uma angústia ao pensar que a nossa memória possa se tornar obsoleta e que possa desaparecer, fazendo com que se enxergue cada vez mais a necessidade viva de espaços para se ancorar a memória, visto que ela não vem sendo mais vivida em nosso cotidiano (HUYSSSEN, 2000).

2.2. A memória cotidiana

Em busca da compreensão de como a memória se faz cotidiana, iniciaremos com a introdução do termo 'lugares de memória', cunhado por Pierre Nora (1984). Estes podem ser entendidos como qualquer suporte em que se faça referência a um evento, pessoa, local, ritual, organização, etc, que existiu ou que tenha uma história em um tempo passado. São suportes, físicos ou não, que tem a intenção primária de fazer recordar. Dessa maneira, tanto documentos, como monumentos, ou edificações podem carregar a alcunha de ser um 'lugar de memória', assim como acontecimentos relevantes à história e a própria obra histórica. Como podemos compreender melhor segundo a exemplificação de Michael Pollak:

Entre eles (os lugares de memória) incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (POLLAK, 1989, p.3)

Entendemos, desta forma, que estamos circundados por lugares de memória, eles habitam o nosso cotidiano, nos dão referências. Porém, o Nora (1984) defende, em diversas passagens que se tivéssemos realmente a memória como cotidiano em nossa cultura, não necessitaríamos definir lugares como guardiões e referências para a nossa memória. Um grande exemplo deste fato é a diferença que se vê entre a cultura ocidental e a cultura oriental relativa à memória. Desde tempos antigos, a cultura ocidental se constituiu também através da manutenção de marcos na paisagem do seu passado, e nas últimas décadas, como já exposto, essa busca incessante pela manutenção e valorização destes marcos se intensificou. Henri-Pierre Jeudy (2005) destaca em seu livro que para a civilização do extremo oriente, como os japoneses, a memória se faz tão cotidiana que esta necessidade da museificação não é presente neles – “A palavra 'patrimônio' não existe na língua japonesa” (JEUDY, 2005, p.20). Têm-se o passado

como algo presente no hábito do dia-a-dia, que se passa de pai a filho, e além disso entende-se que há modificações na memória e que elas fazem parte da evolução da sociedade. Uma questão de cultura, leituras diferenciadas sobre como lidar com a memória.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1984, p.9)

Entretanto, tendo em vista a sociedade na qual estamos inseridos, o fato de se ter lugares para lembrar é algo necessário e presente. A memória social, coletiva, apenas existe quando ancorada em um espaço. Como destaca Halbwachs, “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143). Dessa forma se entende a grande conexão existente, e a necessidade de se manter vivas (caso seja esse o desejo e busca do coletivo humano à que se tem referência), tanto a memória quanto o lugar ao qual ela tem como quadro espacial. A memória tem com o espaço uma relação de mutualismo, no qual ambos são beneficiados. O espaço tem entre suas predisposições a capacidade de manter viva as memórias que lá ocorreram: são referenciais para a memória coletiva. Da mesma forma como a memória de um grupo tem, ou espera-se que tenha, grande valor e influência em nossa sociedade na definição da manutenção ou modificação de lugares.

Em nossas cidades podemos elencar diversos lugares de memória que foram perdidos, e juntamente com eles o cotidiano da memória que se tinha. Alguns deles, evidentemente, já estavam a par do cotidiano das pessoas que lá habitavam, porém outros ainda se faziam presentes. Neste entendimento, Marilena Chauí (*in* BOSI, 1994), em texto apresentado durante a arguição da tese de livre-docência de Ecléa Bosi na Universidade de São Paulo, descreve uma síntese deste sentimento de perda.

Nada mais pungente em seu livro, Ecléa, do que a frase dezenas de vezes repetida pelos recordadores: “já não existe mais”. Essa frase dilacera as lembranças como um punhal e, cheios de temor, ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore, guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde, como você assinala agudamente, os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida inteira (CHAUÍ *in* BOSI, 1994, p.19)

Podemos destacar que neste ponto iremos trazer uma interpretação para a memória cotidiana, Halbwachs (*apud* BOSI, 1994, p.56) faz uso da experiência da releitura para

nos explicar como se dá a releitura de memórias. A experiência da releitura sugere um adulto que relê um livro de sua já distante juventude. Em um primeiro momento, o sujeito relembra alguns fatos distantes do livro, certos personagens, passagens do livro marcantes; vem até ele a sensação daquela primeira leitura, os sentimentos que experienciou. O que se espera, de maneira prosaica, com a memória é que ela seja capaz, ao se iniciar a leitura, de reviver estas sensações, porém, não é isto que se sucede. Ao reler o mesmo livro, novas percepções são trazidas à tona, personagens que de certa vez passaram despercebidos tomam a atenção, fatos que não pareciam relevantes passam a ocupar os pensamentos; do mesmo modo, a releitura também nos faz perder a magia que certas passagens provocaram certa vez, elementos que pareciam relevantes, que causavam comoção, passam a não ser mais interessantes. Isso se deve ao fato de que as memórias, assim como os sujeitos, são mutáveis, e passíveis de interpretação à depender do contexto em que estão inseridos. Como destaca Bosi (1994):

Não se lê duas vezes o mesmo livro, isto é, não se relê da mesma maneira um livro. O conjunto de nossas ideias atuais, principalmente sobre a sociedade, nos impediria de recuperar exatamente as impressões e os sentimentos experimentados a primeira vez (BOSI, 1994, p.58).

Isso nos remete a interpretação da cidade como texto, ao fazer uma leitura possível da cidade como um conglomerado de signos.

Não importa por onde começemos nossa discussão da cidade dos signos – se com a leitura de Paris feita por Victor Hugo em Notre-Dame de Paris, como um livro escrito em pedra; se com a tentativa de Afred Döblin, em Berlin Alexanderplatz, de criar uma montagem de múltiplos discursos da cidade que se acotovelam como passantes em uma calçada cheia, se com a noção do flâneur, de Walter Benjamin sobre aquele que lê os objetos urbanos em meditações comemorativas; se com a ênfase otimista dada por Robert Venturi à arquitetura como imagem, significado e comunicação; se com a semiótica da cidade no Império dos signos, de Roland Barthes; se com a cidade como tela de TV, de Thomas Pynchon; ou, ainda, se com a transfiguração estética de uma Nova York imaterial, proposta por Jean Baudrillard – este sentido figurado da cidade como livro ou texto existe desde que existe uma literatura da cidade moderna (HUYSSSEN, 2000, p.90).

Do mesmo modo que sugere Halbwachs (*apud* BOSI, 1994, p.56) em sua experiência da releitura, podemos traçar um paralelo com as leituras e releituras que o cidadão faz sobre os espaços da cidade. Ao se ter o primeiro contato com um espaço da cidade faz-se uma leitura e agrega-se memórias, transfigura-o em um lugar (OKAMOTO, 2002), assim como na leitura de um livro. O novo contato com aquele, então, lugar, tendo-se em vista um distanciamento que pode ser temporal/espacial, ou até mesmo um distanciamento provocado pela execução do hábito, faz com que memórias e novas leituras emerjam ao cotidiano. Novas, pois, tanto a cidade – como um organismo vivo que se modifica –

quanto o cidadão, que carrega com ele bagagens psicológicas que não possuía em seu primeiro contato, apresentam transformações. Dessa maneira, a experiência da cidade, mesmo que a cidade mais preservada ou a mais remodelada, sempre irá despertar releituras, visto que o observador está – tal qual a cidade – em constante modificação.

2.3. A mercantilização da memória

Como já exposto, estamos vivendo atualmente uma sociedade com uma crescente aceleração de todos os processos de inovações. O tempo que se tinha entre uma geração populacional e outra se encurtou, as velocidades aumentaram, vivemos um encolhimento dos prazos de duração. A obsolescência se torna cada vez mais rápida e presente em diversos campos do nosso cotidiano (BAUMAN, 2001). Assim, como aponta Huyssen (2000), esta alta velocidade e breve finitude em nossa cultura acaba por gerar amnésia, e esta, por consequência exacerba uma nova cultura: a cultura museica.

Conjuntamente a esta cultura museica em plena ascensão em nossa sociedade, um outro processo contemporâneo vem ocorrendo, chamado de espetacularização das cidades contemporâneas (JACQUES, 2008). A transformação da experiência da cidade em espetáculo está associada a novas estratégias de consumo cultural, denominadas *branding* ou *marketing* urbano. Estas estratégias preveem a construção de uma nova imagem para as cidades contemporâneas, de forma a garantir a elas a inserção na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. O artifício que vem sendo utilizado de forma mais corriqueira para se atingir a imagem cultural comercial das cidades é a busca pela identidade local, e dessa forma, das memórias que ali existem – seja na forma de edifícios, monumentos, tradições culturais, etc. Pode parecer uma questão contemporânea, das cidades que estão buscando incentivar o turismo nas últimas décadas – Rio de Janeiro, Salvador, Barcelona, Bilbao – entretanto, como aponta Abreu (1998), esta já é uma estratégia que vem sendo utilizada desde o século XIX, quando se descobriu na Europa que a imagem urbana também poderia ser vendida, comercializada e geraria lucros por isso. “(...) não foram poucos os casos de cidades europeias que, já em plena era industrial, transformaram-se em (ou voltaram a ser) burgos medievais murados para melhor atrair os visitantes” (ABREU, 1998, p.81).

Apesar de buscarem por uma identidade própria, se valendo do recurso da memória, os projetos ditos de renovação urbana estão, paradoxalmente, trazendo a homogeneização

das cidades contemporâneas. O grande usuário – consumidor – final que se busca atingir com estes projetos é o turista, que passeia, fotografa, faz uso do espaço e não se apropria. Tendo o turista como usuário final, e não o habitante local, os grandes projetos urbanos de revitalização acabam por se tornarem iguais perante a um padrão mundial de consumo das cidades, ou como aponta Koolhaas (*apud* JACQUES, 2008, p.49), se tornam projetos de paisagens genéricas.

Por outro lado, como aponta Jeudy (2005) estamos diante de uma contradição. O patrimônio e a memória apresentam sim valor mercadológico, sendo potencial para serem comercializados – como efetivamente o são; porém para salvaguardar os seus valores simbólicos seria necessário que eles fossem excluídos deste circuito de mercado, tendo em vista que a inserção da memória e do patrimônio no circuito de mercado poderia destituir o seu valor de simbolismo, de sagrado. Ou seja, de certa maneira não poderíamos tratar a memória como um valor de *marketing*, um produto a ser comercializado, porém “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (JEUDY, 2005, p.20). Em meio a este impasse, o que se vê como possibilidade de estratégia seria uma combinação que contenha esta contradição: “o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais” (JEUDY, 2005, p.20). A estratégia que contém esta contradição poderia abarcar, por exemplo, a apropriação do habitante, tornando os elementos constituintes do projeto de ‘revitalização’ presentes em seu cotidiano, e ao mesmo tempo tornar estes lugares interessantes para o turista – a visita ocorrer pelo interesse na riqueza que o espaço é para o morador, e não apenas como uma venda para o turismo. Sem cometer o erro presente em projetos como o do Pelourinho em Salvador (Figura 13), em que os habitantes foram expulsos do local e substituídos por lojas de souvenirs, restaurantes para turistas, e encenações de tradições locais.

A este processo de valorização dos espaços públicos, e consequente expulsão dos moradores que ali habitavam, dá-se o nome de ‘gentrificação’. Segundo Luiz Fernando Janot (2014) este conceito foi primeiramente empregado na requalificação urbana do Soho, em Nova York, assim como em algumas cidades europeias durante a década de 1980 e 1990. Inicialmente, tais projetos foram muito bem vistos, e causou repercussão em diversos países, como o Brasil na década de 1990. Dentre estes projetos brasileiros, dois se destacam, o já citado projeto do Pelourinho em Salvador e no Recife Antigo, na cidade de Recife (JANOT, 2014). O que todos estes apresentam em comum é a valorização de aspectos culturais, ou a inserção de elementos arquitetônicos ou

renovações urbanas, que causam a expulsão da população local e a valorização do solo como mercadoria (LIMA, 2004). David Harvey (*apud* LIMA, 2004) denominou este processo como ‘empresariamento urbano’. Estes espaços públicos, que antes eram apreendidos pelos moradores locais, possuindo trocas de sociabilidade, um espaço vivenciado como define Lefebvre (*apud* LIMA, 2004), passa a ser um espaço vazio de significado, em sua maioria, um ambiente artificial, espetacularizado e mercantilizado (LIMA, 2004).

Figura 13 – Pelourinho, Salvador. Janeiro de 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal

As possibilidades de atuação, para a de fato reestruturação de um local sem a expulsão das populações locais devem levar em conta os aspectos antropológicos da população residente (LIMA, 2004). Inclui-se que tais projetos devem ser precedidos de pesquisas e estudos “atentos às peculiaridades de cada coletividade” (JANOT, 2014, p.2). Um bom exemplo de projeto de manutenção e reestruturação é o que vem sendo realizado no bairro da Alfama em Lisboa, Portugal (Figura 14). Este bairro é caracterizado por habitações do século XVII, que compõem a paisagem cultural da cidade de Lisboa. Em Alfama habitam moradores que lá estão por gerações, e que independente disso, é um bairro altamente turístico e visitado da cidade. Para o processo de reestruturação foram realizadas pesquisas, questionários aplicados, a população participa de forma ativa no processo de projeto. “Estes habitantes da região abrangida contribuíram com importantes aportes ao longo do trabalho, sugestões de leituras e novas situações, que enriqueceram o projeto urbano, concebido sem expulsão dos moradores” (LIMA, 2004, p.6). Dessa

forma o projeto é apropriado pelos cidadãos, e a riqueza cultural do local percebida pelos que visitam é real.

Figura 14 – Bairro da Alfama em Lisboa, Portugal.



Fonte: Arquivo Pessoal

2.4. Memórias oficiais e memórias marginais

Um elemento importante ao tratar de memória é sua seletividade. A memória se apresenta como um fenômeno construído, cuja construção se organiza a depender de preferências e preocupações políticas e pessoais, a depender da conjuntura em que se está inserido (POLLAK, 1992). Quando tratamos de memórias coletivas urbanas temos plena ciência que nem todas as memórias são incorporadas e registradas, principalmente aquelas ligadas aos grupos oprimidos. A memória oficial, aquela registrada, enaltecida como a memória de um povo, em sua maioria – tendo em vista a história recente – é àquela ligada aos grupos dominantes e às estruturas de poder. Por exemplo, os grandes marcos do Brasil enquanto nação são, majoritariamente, ligados à elite branca, portuguesa ou descendente de portugueses, católica, ficando inclusive registrado em feriados nacionais, nos livros de história, monumentos, museus, na memória coletiva (HOLANDA, 1995; SANTOS, 2007).

Henry Rousso (*apud* POLLAK, 1989) denomina esse processo de seletividade da memória como ‘enquadramento da memória’. A memória enquadrada a princípio apresenta uma função ao existir, que seriam: manter a coesão de um grupo, defender suas fronteiras, instaurar referências e marcos para se criar um senso de comunidade,

de unidade. E a maneira com que isso se realiza é justamente através da seleção e produção de discursos organizados, que tem como referências personagens e acontecimentos que são enquadrados como dignos de estarem presentes na memória coletiva.

Contudo, por volta da década de 60, discursos de memórias marginais surgiram no ocidente, questionando estes marcos da memória enquadrada. O surgimento destes questionamentos se dá no “no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (HUYSSSEN, 2000, p.10). Assim como em diversos países do ocidente, a busca por memórias alternativas também se deu no Brasil, com a ascensão de João Goulart à presidência da nação em 1961 grupos minoritários e oprimidos começaram a dar sinais de serem ouvidos. Porém, assim como em outras nações latino-americanas, o Golpe Militar ocorreu aqui em 1964. Com a instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985), diversas vozes foram caladas, e o Brasil passou por um longo período de discursos uníssonos – apesar das mais variadas formas de contraculturas que também emergiram nessa época.

O ato de analisar fatos recentes se apresenta de certa maneira como perigoso, de qualquer forma, podemos trazer para a nossa realidade atual este entendimento de como a memória pode ser lida e enquadrada. Pollak (1989) elucida que a memória se apresenta como um ato presente, dessa forma, os acontecimentos passados emergem ao momento atual a depender da situação que está a ocorrer. A memória é passível de interpretações, por isso seu entendimento depende de uma leitura abrangente do contexto. Estamos vivenciando no Brasil um momento político e social conturbado, em que discursos são feitos no presente deformam e reinterpretam o passado – o ‘Golpe Militar’ se apresenta para alguns como a ‘Revolução Militar’; surgem diversos simpatizantes pela volta da monarquia no Brasil.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (...). Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, nacional e de pequenos grupos (POLLAK, 1989, p.10)

O rico estudado apresentado por Bosi (1994, 2003), além de outros pesquisadores brasileiros, que buscam dar voz aos grupos marginalizados da população, são pesquisas que tem campo recente no Brasil. O estrato mais pobre da população brasileira, assim como ampla parte do contingente de trabalhadores, que sempre esteve à margem de

qualquer participação política ou de algum lugar na história oficial, apresenta um vazio de memória política, estando sempre renegado aos rebatimentos da memória oficial. Huyssen (2000) assinala que a busca pela pelas memórias marginais se tornou uma obsessão cultural em diversos pontos em todo o planeta, e ele destaca que se deve ter atenção ao uso político da memória, principalmente no contexto pós-ditadura das nações latino americanas. Segundo ele, “(...) nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre o passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar” (HUYSSSEN, 2000, p.16). Os acontecimentos reais podem ser mitologizados, e aquilo que é mito se torna uma grande ferramenta para manobras políticas e sociais.

No mundo moderno-líquido que estamos vivenciando, discursos de memórias marginais estão cada vez mais presentes. O que por um lado pode ser bom, também pode trazer consequências negativas. O questionamento presente é se com a os contrastes presentes, e com memórias, políticas, de grupos sociais e étnicos, cada vez mais fragmentadas, seria possível a existência de uma memória coletiva única, e se não, como se pode manter a coesão social e cultural de um grupo? (HUYSSSEN, 2000). Bauman (2005) salienta que para se salvar dos efeitos de uma globalização galopante e dominante, estamos buscando cada vez mais por memórias singulares, maneiras de nos aproximar do local. Porém, segundo o autor, ao nos fragmentarmos estamos, na verdade, nos tornando fracos perante a esta força global. “Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos” (BAUMAN, 2005, p.95).

2.5. A formação da identidade a partir da memória

A busca pela diferenciação, pela identificação, pela identidade, é um ato presente em nossa rotina, contamos com o passado como um dos direcionadores de nossa singularidade. O reconhecimento dos limites que definem a identidade de um grupo perpassa uma leitura abrangente do contexto ao qual aquele grupo está inserido – suas origens, sua classe social, local onde habita, locais que frequenta, as possibilidades de acesso à cultura e educação, suas vestimentas, sua maneira de falar, etc. Temos a memória como um dos principais elementos definidores de identidade, e sua compreensão como uma das formas de se entender os parâmetros das identidades coletivas. A memória coletiva, quando presente no cotidiano do grupo, o define, e faz com

que os pares se reconheçam, por terem em prática de seu dia-a-dia aquilo que os formou enquanto grupo.

Além de estar presente no cotidiano do grupo, a memória coletiva também está presente nos lugares de memórias, eles são referenciais para o coletivo. Segundo Pollak (1989) estes diferentes pontos de referência atuam como “indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo” (POLLAK, 1989, p.3). Os lugares de memória reforçam os sentimentos de pertencimento e auxiliam na delimitação das fronteiras da identidade.

É de fácil exemplificação na cidade de Juiz de Fora a presença destes marcos referenciais de identidade e memória. Trazendo para o campo da Arquitetura e do Urbanismo, identificamos as casas com feições alemãs no bairro do Borboleta (1), os diferentes condomínios de habitação popular do bairro Barbosa Lage (2), as poucas mansões que restaram ao longo da Avenida Barão do Rio Branco (3), assim como as ocupações irregulares do bairro Dom Bosco (4), todos estes, característicos de um grupo, suportes de memória e parâmetros de identidade (Figura 15).

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando suporte mais sólido à essa procura de diferença. A busca de identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (ABREU, 1998, p.79)

Figura 15 – As diversas habitações características de diferentes espaços urbanos em Juiz de Fora, Minas Gerais.



Fontes: (1) Lara Scanapieco. (2) Arquivo Pessoal. (3) Laura Cury. (4) Arquivo Pessoal.

Em nossa sociedade atual, com nossas perdas de conexão com o próximo, o fato de lembrar, de ter a memória como fato presente, corrobora para a nossa definição de quem somos, e nos auxilia a traçar um caminho, de certa maneira seguro, para o qual podemos seguir. Com as inseguranças cada vez mais presentes, a memória faz com que grupos se sintam unidos, gerando afinidade e empatia entre os pares. Como aponta Huyssen (2000):

A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememoras nos definem no presente. Como indivíduos e sociedade, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro. (HUYSSSEN, 2000, p.67)

2.6. A identidade no mundo contemporâneo

Segundo o dicionário Michaelis¹³, pode-se definir o termo identidade como: “Série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las”. Juntamente a esta definição, podemos trazer o significado de que identidade é a imagem que o ser constrói, ou adquire, ao longo da vida referente a ele próprio, além disso, inclui-se ao termo, a maneira como ele, o ser, se apresenta para os outros, a sua própria representação. Já por identidades coletivas, entendemos como os investimentos feitos por um grupo com o objetivo de se criar um sentimento de unidade, de coletividade, criando delimitações externas e coerências internas – sendo este sentimento compartilhado por todos os membros do coletivo (POLLAK, 1992).

Mas de que forma se constrói uma identidade, quais seriam os parâmetros balizadores para sua definição? Podemos compreender melhor segundo os conceitos apresentados por Pollak (1992):

Nessa construção da identidade (...) há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo (sic) da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (POLLAK, 1992, p.5)

¹³ Dicionário Michaelis Online. Verbetes: Identidade. <michaelis.uol.com.br/busca?id=vkAAV> Acesso em: Abril, 2017

Entendemos a partir do trecho explicitado que, para se estabelecer uma identidade, é necessário que se tenha limitações naquilo que o define, que estes parâmetros perdurem por um tempo e que sejam coerentes, formando uma unidade efetiva no ser.

Segundo Bauman (2005) um dos grandes diferenciais da era moderna, em comparação com a era pré-moderna, foi o ato de fazer da busca e construção da identidade própria uma tarefa e objetivo de toda uma vida. Antes do advento da era moderna os deslocamentos entre classes sociais, costumes, parâmetros e verdades eram mínimos e inquestionáveis. Dessa maneira, ao nascer já se tinha sua identidade cunhada, e o destino ao qual estava fadado. O mundo moderno trouxe, juntamente com diversas inovações, a possibilidade da construção da própria identidade.

Antes de meados do século XX e da possibilidade de se locomover com grande facilidade promovido pelo avanço das tecnologias de transporte, identidade não era uma questão em voga, visto que as mobilidades sociais e espaciais eram restritas a pequenos grupos e não abrangiam, pelo menos em possibilidade, a sociedade como um todo (BAUMAN, 2005).

Para a maioria das pessoas, a “sociedade”, entendida como a maior totalidade da coabitação humana (se é que elas pensavam nesses termos), era igual à vizinhança adjacente. “Podia-se falar de uma sociedade de conhecimento mútuo”, sugere Robert. No interior dessa rede de familiaridade do berço ao túmulo, o lugar de cada pessoa era evidente demais para ser avaliado, quem dirá negociado. (...). Foram necessárias a lenta desintegração e a redução do poder aglutinador das vizinhanças, complementadas pela revolução dos transportes, para limpar a área, possibilitando o nascimento da identidade – como problema e, acima de tudo, como tarefa. (BAUMAN, 2005, p.24)

Uma das mais efetivas maneiras de se assimilar uma identidade é através da inserção do sujeito em um grupo. Segundo Bauman (2000) é através das referências aos vínculos feitos entre as pessoas que podemos responder à questão crucial ‘Quem sou eu?’. Os relacionamentos são um ponto chave para definirmos a nós mesmo. Desta forma, temos as comunidades como a instituição congregadora de identidades, formando as identidades coletivas como referenciais para as identidades individuais. Em um momento posterior aos movimentos de globalização estas comunidades estavam ligadas a lugares, formadas em ambientes que eram frequentados por um coletivo de pessoas: a vizinhança, a escola, a igreja, o boteco, o clube, etc. Entretanto, na sociedade atual em que as conexões entre as pessoas não se dão mais pela proximidade física, a perda da significação do lugar como local de formação de comunidade, devido também a homogeneização dos espaços provocada pela globalização, faz com que cada vez mais

se busque uma maneira de criar identidade, singularidade. “(...) a tendência à abolição do lugar enquanto singularidade reforça justamente a busca desta última” (ABREU, 1998, p.79).

A perda das âncoras sociais, tanto em questão de deslocamentos sociais e espaciais, quanto o não pertencimento a um grupo ligado a um lugar, gera em nossa sociedade uma angústia e uma ansiedade na busca por uma identificação, na busca de um grupo de indivíduos para chamar de ‘nós’ (BAUMAN, 2005). Surge assim um mercado potencial, a identidade torna-se um produto de consumo em nosso contexto. Como já dito, os baluartes históricos são referenciais na formação de identidade, no quesito urbano, centros históricos, de formação da cidade, são valorizados e vendidos como símbolos de identidade de um povo, são espetacularizados, homogeneizados ao consumo turístico.

Em nosso contexto de mundo moderno-líquido, em estado avançado de globalização, pode-se ter a sensação de referenciais de identidade em diversas partes do globo. Entretanto, ao extinguir os referenciais identitários singulares, homogeneizar os espaços com a globalização, tem-se a sensação que nenhum lugar é capaz de suprir plenamente suas referências, de se sentir em total conforto com o entorno. Como afirma Bauman (2005) o sentimento de estar ‘em casa’ pode estar presente em qualquer lugar, porém, o custo desta escolha é o fato de que em nenhum lugar irá se sentir total e plenamente em casa.

3. A apreensão dos espaços da Cidade

“Ao se transporem seis rios e três cadeias de montanhas, surge Zora, cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. Mas não porque deixe, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações. (...) O seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota”

CALVINO, 1990, p.19

Em sua trajetória, a humanidade caminhou para um modelo parecido (mas não único, como já exposto) de assentamento humano ao redor do globo: as cidades. O cidadão, ser que habita e vivencia a cidade, está sujeito as mais diversas formas de estímulos, como apontado pelo autor Kevin Lynch (2011). Existem nas cidades, camadas e experiências que vão além daquelas que os nossos sentidos podem captar, paisagens e cenários múltiplos a serem descobertos. Como destaca o urbanista norte-americano (LYNCH, 2011), além de existirem estas mais diversas formas à serem apreendidas, a maneira como se apreende depende de múltiplos fatores: a relação com o entorno, as experiências passadas, o cidadão que está a olhar, entre outras. Corrobora com esta leitura o arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2015), a cidade pode e deve ser vista para além do edificado, como uma multiplicidade de “comportamentos, rostos, cores e sentimentos” (GEHL, 2015, p.23). E aqueles que são as grandes riquezas, elementos vitais das cidades e que as fazem ser tão estimulantes, somos nós: as pessoas. Entender de que forma percebemos e apreendemos os espaços, tanto na escala da arquitetura quanto na escala urbana, e de que forma após apreendidos nos empossamos destes, agora, lugares, será o mote deste capítulo. Além disso, será abordado também o fato fundamental do direito a cidade, e como estão dispostas as diversas resistências e resiliências sobre o tema.

Para se iniciar, faz-se necessário a introdução de alguns conceitos primordiais ao abordar percepção de espaços arquitetônicos e urbanos. Ao se experimentar um espaço ocorre um intercâmbio entre o ser que experimenta e o espaço experimentado. O ser deposita no espaço emoções, associações e, o espaço, em contrapartida, retorna ao ser com sua atmosfera, que por sua vez incita percepções e pensamentos no primeiro. Esta troca de subjetividades expõe o fato de que um espaço construído vai muito além de uma série de imagens dos elementos edificados, a experiência perpassa a matéria e se completa por meio de formas mentais e espirituais. Este intercâmbio é típico de uma experimentação com o que se denomina ‘arte’, e por incorporar em seu escopo estas questões extra materiais, a arquitetura também apresenta a mesma leitura. (PALLASMAA, 2011)

Porém, a arquitetura não deve ser encarada como uma forma de arte, apenas, a arquitetura, incorpora um fator essencial para seu entendimento: a utilidade. Entende-se por essa utilidade a possibilidade de se residir nos espaços projetados, fazer as nossas vidas em seu contexto. (RASMUSSEN, 1998). Ratificando o exposto, o filósofo francês Felix Guattari (1992) entende que as percepções e o alcance dos espaços construídos

vão muito além dos funcionais e visíveis. Guattari (1992) faz a leitura de que o espaço construído é uma máquina de sentidos, de sensações, e que elas são capazes de provocar ao ser ou ao coletivo uma libertação de suas subjetividades. Juhani Pallasmaa (2013) define a busca pelas complexidades internas da construção como fenomenologia da arquitetura. O olhar para além do edificado, a busca pelos sentimentos, pelo inconsciente; a análise daquilo que foge o escopo das propriedades e proporções físicas.

Ao revelar e incrementar os espaços de significados, de subjetividades, o arquiteto os transfigura em lugares (NORBERG-SCHULZ, 2013). O que, a primeira vista, parece ser uma alteração pontual e banal, não o é. Para Yi-Fu Tuan (*apud* DUARTE et al., 2007) este processo é longo, segundo o geógrafo a transformação de espaços em lugares se dá através de um processo de desenvolvimento de afetividade da pessoa com o local. Por se tratar de um processo, não pode ser definido o momento exato desta alteração de significado, trata-se de um moto ininterrupto, no qual o espaço vai sendo dotado de afetos e subjetividades. “A esse processo ininterrupto chamamos de “moldagem do Lugar”.” (DUARTE *et al.*, 2007)

O processo de ‘moldagem do lugar’, segundo Christian Norberg-Schulz (2013) perpassa por dois planos, se analisado como um fenômeno aristotélico. No plano simbólico, o lugar apresenta uma “significação consciente de um sentido social” (NORBERG-SCHULZ, 2013, p.479); enquanto no plano concreto se apresenta a partir do “estabelecimento de uma receptividade e a sensível ressonância de um lugar” (NORBERG-SCHULZ, 2013, p.479). Pode-se então analisar o lugar segundo duas categorias: ‘espaço’ e ‘caráter’. Enquanto o ‘espaço’ trata das organizações espaciais dos elementos que conformam o lugar, o ‘caráter’ refere-se as atmosferas, relações ampliadas além da materialidade. (NORBERG-SCHULZ, 2013)

Portanto, um lugar é um fenômeno qualitativo “total”, que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta. (NORBERG-SCHULZ, 2013, p.445)

Tendo em vista o que foi tratado até então, cabe introduzir o conceito de ‘ambiência’. O termo congrega e amplia de significados os espaços em análise. Podem ser definidos como ambiências sensíveis aquelas perceptíveis por nossos sentidos, como as sensações térmicas, lumínicas, sonoras, porém, além destas, o termo ‘ambiência’ trata também das subjetividades presentes no espaço, aquelas que não podem ser mensuradas por nossos sentidos, relativas também a questões culturais e sociais. Sendo assim, o conceito de ‘ambiência’ confere ao espaço uma acepção poética, sensorial.

(DUARTE *et al.*, 2007). A partir do envolvimento com os espaços, do intercâmbio 'ser/espaço' e também da percepção e compartilhamento das ambiências presentes, as pessoas passam a ter uma experiência direta com os espaços físicos (o que confere ao espaço a acepção de lugar), e por consequência para estas pessoas a sensação de pertencimento a ele. (BALTAZAR, 2010)

As cidades historicamente se constituíram com um ponto de encontro, de interação entre as pessoas. Diversos são os fatos sociais que exemplificam este ponto essencial das cidades: desde as celebrações cotidianas a nível pessoal, como encontros breves, a troca de novidades, acordos fechados, compra e venda de mercadorias, perpassando as celebrações em comunidade, como procissões, festas, manifestações. (GEHL, 2015) O ambiente urbano vai se constituindo assim como um conglomerado em camadas de histórias e memórias, o espaço essencial para as pessoas encontrarem os fragmentos que irão constituir suas próprias memórias, assim como dos grupos aos quais fazem parte. (DUARTE *et al.*, 2007). As histórias e memórias são assim essenciais para a compreensão e percepção dos lugares das cidades, estão inseridas nas subjetividades do cidadão. (PALLASMAA, 2011)

A experiência individual das cidades pode ser analisada também como uma interação corpórea, uma experiência de troca mútua, em que se habita a cidade, assim como a cidade nos habita. A descrição abaixo feita por Pallasmaa (2011) traduz esta experiência:

Eu confronto a cidade com meu corpo; minhas pernas medem o comprimento da arcada e a largura da praça; meus olhos fixos inconscientemente projetam meu corpo na fachada da catedral, onde ele perambula sobre molduras e curvas, sentindo o tamanho de recuos e projeções; meu peso encontra massa da porta da catedral e minha mão agarra a maçaneta enquanto mergulho na escuridão interior. Eu me experimento na cidade; a cidade existe por meio de minha experiência corporal. A cidade e meu corpo se complementam e se definem. Eu moro na cidade, e a cidade mora em mim. (PALLASMAA, 2011, p.38)

Contudo, a experiência da cidade vem se modificando progressivamente nas últimas décadas. Primeiramente, podemos destacar a diferença que se tem na percepção de uma praça e uma rua. A rua, sinaliza movimento, um espaço que direciona, tendo em vista sua morfologia, ela está ligada ao caminhar, ao andar, ao deslocar. Por outro lado, a praça seria o ambiente do estar, do olhar, assim também indica sua morfologia, apontando a permanência, a experiência. (GEHL, 2015). Tendo em vista a maneira como o planejamento urbano vem sendo encarado ultimamente, com a supremacia do automóvel, os espaços da rua passam a se sobressair aos espaços de praça. Conjuntamente, a velocidade das áreas urbanas gradativamente é aumentada, o que

provoca uma alteração na percepção espacial. O que é possível de compreensão ao se movimentar em 5km/h, não o é mais quando se desloca a 60 ou 100 km/h. Os ambientes urbanos passam a ser apenas imagens capturadas de forma breve pela retina. (GEHL, 2015). O que é destacado na leitura de Pallasmaa (2011), a predileção pela percepção visual ao se projetar a arquitetura das cidades, perde-se assim grande parte das potencialidades das ambiências urbanas.

3.1. Formas de percepção e apropriação do lugar

Ao experimentar as cidades e arquiteturas temos diferentes percepções, construções antigas, ruínas abandonadas, galpões de fazendas podem ser elencados como ambientes que tocam os sentimentos, despertam curiosidades e imaginação. Do outro lado, as arquiteturas atuais, nos parecem, em sua maioria, vazias de sentimentos, nos parecem possuir poucas camadas de percepção, construções assépticas, pasteurizadas. De fato, as construções de nosso tempo despertam curiosidade pela ousadia e criatividade, entretanto, pouco provocam questionamentos e significados para o intercâmbio 'ser/espaco' (PALLASMAA, 2013).

Uma possível explicação para este fato se deve ao momento em que estamos inseridos em nossa cultura moderno-líquido. É perceptível a velocidade dos acontecimentos, os relacionamentos rasos, as interações superficiais (BAUMAN, 2001), que acabam por provocar no cidadão sentimentos de alienação, isolamento e solidão (PALLASMAA, 2011). O uso desmensurado da tecnologia, aliado a um momento passado (o 'Movimento Moderno' na Arquitetura e Urbanismo da primeira metade do século XX) que nos trouxe certa falta de humanismo na arquitetura e nas cidades contemporâneas, podem ser vistos como causas para a carência de profundidade nos lugares que convivemos diariamente. (PALLASMAA, 2011). O sentido da visão foi o único exacerbado com o passar do último século, o único sentido capaz de acompanhar tamanha velocidade. Entretanto, ao se privilegiar este sentido, acabamos por nos desconectarmos dos espaços ao nosso redor. É evidente que a visão agregou a nossas cidades edificações imponentes, instigantes, porém, conjuntamente, a conexão próxima, tátil, ao nosso redor foi cerceada. Aliado a escassez de proximidades físicas, o nosso corpo e os nossos demais sentidos (à parte a visão) se viram desabrigados, assim como nossa memória, imaginação e sonhos (PALLASMAA, 2011).

A visão é historicamente vista como o sentido mais importante e primário, diversas são as associações feitas que ilustram este fato, dentre elas, a visão é igualada como o próprio pensamento: ao se pensar, ter conhecimentos, se enxerga melhor o mundo (PALLASMAA, 2011). Com o passar do tempo, e ainda mais atualmente, os demais sentidos foram ‘cegados’, perderam seu posto. Um bom exemplo para este fato são os shopping centers e espaços públicos culturais, nos quais uma música constante é ouvida ao fundo, a percepção sensorial da audição é neutralizada, não consegue se apreender as dimensões e texturas possíveis daquele espaço pela audição (PALLASMAA, 2011). É notório atualmente a cultura da imagem, a partir da vulgarização da cultura da fotografia tudo se enquadra, tudo se focaliza. Assim como os projetos de Arquitetura e Urbanismo, para se expressar, para serem completos, basta caberem em um *frame* (PALLASMAA, 2011). Esta hegemonia obtida pela visão afasta o indivíduo de seu entorno. Pode-se dizer que os outros sentidos de nossa percepção que permitem, de fato, a nossa união com o contexto (PALLASMAA, 2011).

Então, cabe levantar o questionamento sobre o que seria então a percepção. Segundo Bergson (*apud* BOSI, 1994) a percepção seria o momento do interstício entre ações e reações de um organismo, “algo como um “vazio” que se povoa de imagens as quais, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência” (BOSI, 1994, p.45). A percepção se dá no momento em que o ser é invadido com as ações presentes no espaço, e antes de reações que este ser passa a ter (BOSI, 1994). São os sentidos (audição, olfato, paladar, tato e visão) os responsáveis pela canalização dos estímulos externos que irão incitar em nós as percepções que teremos (OKAMOTO, 2002). Sentidos, estes, que tem sua origem no sentido primário do tato, sendo especializações do tecido cutâneo. “Nosso contato com o mundo se dá na linha divisória de nossas identidades pessoais, pelas partes especializadas de nossa membrana de revestimento” (PALLASMAA, 2011, p.10).

Segundo Gehl (2015), podemos traçar dois marcos em distâncias para as percepções visuais externas: o primeiro seria a 100 (cem) metros e o segundo a 25 (vinte e cinco) metros. Para o arquiteto dinamarquês, o limiar dos 100 (cem) metros é aquele em que se percebe movimentos ao olhar, em que é possível identificar pessoas, ler signos. Já o marco dos 25 (vinte e cinco) metros enquadra o início da percepção visual em que é possível identificar emoções e expressões faciais. Quanto mais se aproxima, mais passamos a ter riqueza de estímulos para os nossos sentidos de percepção.

Categorizam-se os sentidos em duas dimensões: os sentidos de ‘distância’ e os sentidos de ‘proximidade’. São sentidos de ‘distância’ aqueles responsáveis por colher informações ao longe, sendo eles, a visão, a audição e o olfato. Já os sentidos de ‘proximidade’ são aqueles nos quais é necessário o contato para se efetivar a percepção, são eles o tato e o paladar (GEHL, 2015). Os primeiros, encarregados de uma percepção abrangente, assim como da comunicação impessoal que se dá na faixa de 10 (dez) a 100 (cem) metros. Já os segundos estão mais próximos das impressões sensoriais “intensas e emocionalmente significativas” (GEHL, 2015, p.47), da comunicação pessoal, calorosa.

Figura 16 – “Em estados emocionais muito intensos ou pensamentos profundos, a visão costuma ser reprimida” (PALLASMAA, 2011, p.27).

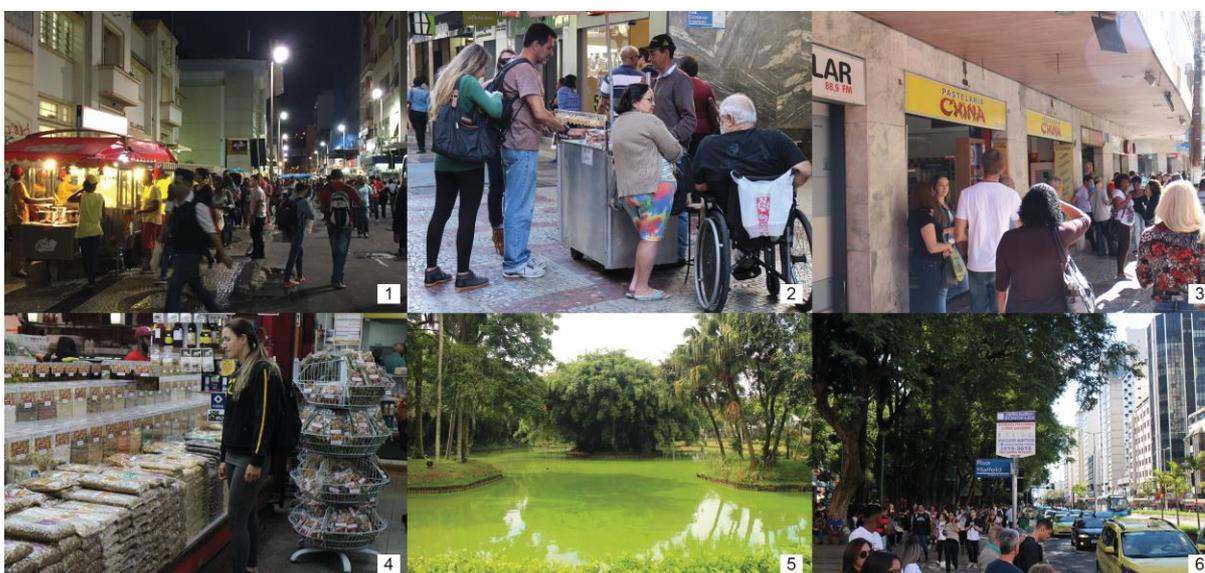


Fonte: Rene Magritte, “The Lovers” In. PALLASMAA, 2011, p.27

Quais seriam as percepções elencáveis que vem sendo cerceadas que podemos dar ênfase? Iniciaremos pelos sentidos de ‘distância’, audição e olfato. A audição pode ser entendida como uma das responsáveis pela experiência ampliada inconsciente do espaço. Cada ambiente possui seu som característico, variando a sua sensação pelos materiais e dimensões que possuem. Carregam com si sensações como as de hospitalidade ou hostilidade, de intimidade ou monumentalidade, entre outras. Ao se adentrar em uma grande catedral, ou em uma pequena biblioteca, a experiência sonora é essencial para a percepção que se tem destes ambientes. Porém, esta percepção, como dita, muitas vezes é inconsciente, fato que nos provoca a sensação, mas que não conseguimos precisar por qual sentido foi causada (PALLASMAA, 2011).

O olfato, outro sentido da 'distância', está intimamente ligado às percepções pela memória. Cheiros específicos nos fazem reviver momentos e espaços ligados a histórias e momentos passados, que por muitas vezes não conseguimos retornar visualmente. (PALLASMAA, 2011). Facilmente elencados em Juiz de Fora, são os seus cheiros e percepções olfativas: as pipocas das ruas centrais de Juiz Fora (1), os amendoins e doces açucarados pelos mais diversos pontos da cidade (2), os cheiros das pastelarias da Avenida Getúlio Vargas (3), os cheiros de alimentos frescos e das especiarias do Mercado Mascarenhas (4), o ar úmido e fresco do Museu Mariano Procópio (5), a brisa leve do interior do Parque Halfeld em contraste com o ar quase sempre poluído da Avenida Barão do Rio Branco (6) (Figura 17).

Figura 17 – Os cheiros presentes em Juiz de Fora, Minas Gerais.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Mescla-se ao sentido do olfato, o sentido de 'proximidade' do paladar, por estarem biologicamente vinculados, as apreensões dos espaços das arquiteturas das cidades por estes dois sentidos também se mesclam. É fato que ao conhecer novos lugares, as percepções de odores e sabores se mesclam e são essenciais para uma experiência completa (PALLASMAA, 2011). Por fim, o sentido primário do tato, que nos provoca sensações e impressões do tempo, superfícies que foram tocadas por mãos das mais diversas gerações, que transparecem tanto rugosidades quanto polidez. “O tato nos conecta com o tempo e a tradição: por meio das impressões do toque, apertamos as mãos de incontáveis gerações” (PALLASMAA, 2011, p.53).

Figura 18 – Maçanetas de edifícios na região central de Juiz de Fora. Segundo Pallasmaa (2011), o tocar da maçaneta seria o aperto de mão do edifício.



Fonte: Arquivo Pessoal

Como já exposto, a memória tem influência essencial nas percepções. Guattari (1992) indica que as percepções atuais são povoadas, ou “duplicadas por percepções anteriores” (GUATTARI, 1992, p.155). Respalhando a posição apresentada, Bergson (*apud* BOSI, 2003) afirma que a percepção do lugar é resultante das interações entre as percepções físicas e as lembranças do sujeito.

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens. (BERGSON *apud* BOSI, 1994, p.46)

Sendo assim, a experiência arquitetônica e urbanística conforma-se como uma vivência multissensorial. Ao estar em contato com o espaço de entorno evoca-se uma combinação de estímulos, biológicos e culturais, coletivos e individuais, além de conscientes e inconscientes (PALLASMAA, 2013). Desta forma, podemos entender que as percepções podem ser vistas como um sistema no qual as interações entre os receptores e as experiências passadas conformam aquilo que se apreende do espaço. Um bom exemplo é a capacidade adquirida do nosso olhar conseguir definir se superfícies são ásperas ou lisas sem nem ao menos tocar, uma sensação tátil inconsciente (PALLASMAA, 2011). Entretanto, como destaca Rasmussen (1998), apesar destas características visuais que provocam sensações táteis existirem, nossos olhos podem nos enganar, e negar a relevância do tato seria um equívoco.

Segundo Pallasmaa (2013) a arquitetura tem a capacidade de nos levar para além do visível, de estimular e despertar nossa imaginação. Ao se estar em contato com uma ruína, uma casa abandonada, estamos imersos em uma realidade em que somos provocados por estímulos além dos visíveis. A nossa imaginação é distanciada das realidades cotidianas, e passamos a compartilhar o destino daqueles que conviveram nestas arquiteturas. Enfatiza-se por Rasmussen (1998) que para se compreender uma arquitetura não basta a percepção dos elementos visíveis. “Não é suficiente ver arquitetura; devemos vivenciá-la.” (RASMUSSEN, 1998, p.32), devemos apreender os diversos elementos que ela nos proporciona, as diferenças acústicas, as nuances térmicas, os ecos e reverberações. Somam-se a estas experiências sensoriais os nossos sentimentos, lembranças, sonhos e aspirações, conformando uma experiência completa de lugar, o processo de ‘moldagem do lugar’, e assim passamos a apreender estes espaços (DUARTE *et al.*, 2007).

Após perceber os espaços, passamos a apreendê-los, a criar significados, para este processo dá-se o nome de ‘territorialização’. Ao se caminhar, repetir movimentos e ações, apoderar-se dos estímulos, estabelecer conexões e distinções, estamos praticando o ato da ‘territorialização’ (KOHLENER, 2013). A cidade pode ser vista, dessa forma, como um grande espaço para ser apreendido, e o observador tem um papel ativo neste momento. Segundo Lynch (2011) o papel ativo do observador se dá quando ele é capaz de transformar as imagens e sensações capturadas de acordo com suas referências e escolhas. O caminhar passa a ser visto como um ato de apropriação do espaço (KOHLENER, 2013). Porém, como destacam Lynch (2011) e Pallasmaa (2013) a experiência de contato entre observador e ambiente é baseada na interação. O ambiente sugere especificidades, espacialidades e relações, enquanto o observador seleciona aquilo que percebe, interage nestes momentos suas memórias e referências, e só então criam-se significados aquilo que é visto. Além disso, Lynch (2011) elenca a forma como é construída uma imagem, quais são os elementos para a leitura do ambiente:

Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. É conveniente abstrai-los para a análise, desde que não se perca de vista que sempre aparecem juntos. Uma imagem viável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica na sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto identidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também é uma relação, ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática. (LYNCH, 2011, p.9)

Por fim, cabe introduzir o conceito de “imaginabilidade” cunhado por Lynch (2011). Para ele, uma cidade ‘imaginável’ seria aquela que bem formada, distinta, capaz de suscitar as percepções sensoriais. Além do mais, ela seria facilmente apreendida, porém não simplista, o observador absorveria os seus impactos sensoriais, criaria imagens e se orientaria de forma clara. A arquitetura das cidades assim produzidas e pensadas permitiriam uma maior conexão das pessoas com espaço, evidenciaria identidades, favoreceria as diferenças, objetivando harmonia (RASMUSSEN, 1998).

3.2. O direito a cidade: resiliências e resistências urbanas

Desde o início de sua concepção, a cidade foi se moldando aos desejos do homem. Ela é fruto de um pensamento secular, e reflexo do modo como o homem esculpiu a natureza. Porém, assim como ela é o mundo criado pela humanidade, ela também é o mundo onde estamos fadados a viver. De forma indireta, e sem uma consciência clara, os seres humanos constroem e reconstróem as cidades, e que por consequência somos construídos e reconstruídos por elas (PARK *apud* HARVEY, 2012). Apesar deste entendimento de que a cidade é produto do pensamento humano coletivo, não são todos os homens e mulheres que as habitam que tem o ‘direito à cidade’ (LEFEBVRE, 2001). O ‘direito a cidade’ pode ser definido como a garantia a possibilidade que os humanos teriam de modificar o espaço em que vivem, assim como de se modificarem pelas transformações do entorno. É um direito que deve ser encarado como coletivo, antes de individual, pois a mudança do espaço urbano depende de um poder coletivo de moldagem. Entretanto, tendo em vista todo o contexto capitalista de fundação e manutenção das cidades, este direito vem sendo um dos mais negligenciados (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012).

Serão introduzidos nesta seção dois termos essenciais para se compreender e, possivelmente, se buscar o ‘direito a cidade’, são eles: resiliência e resistência. Inicialmente trataremos do termo resiliência. A resiliência¹⁴ é um termo do campo da Física, utilizado para definir a capacidade que certos corpos têm de se deformar e retornar ao seu modo original. Ultimamente este termo vem sendo utilizado no campo da Arquitetura e do Urbanismo, como uma possível característica positiva para propostas e

¹⁴ Dicionário Michaelis Online. Verbete: Resiliência. <michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=resili%C3%Aancia> Acesso em: Junho, 2017

projetos. A arquiteta e professora Ana Paula Baltazar (2010) entretanto enxerga tal inclinação de maneira cética, segundo ela se existe algo que pode ser definido como resiliente é o capitalismo. Este modo de produção vem se provando, com o passar dos séculos, resistentes a crises, se reinventando e as superando, se mostrando como expressamente resiliente. Porém, podemos enxergar esta capacidade como algo negativo, tendo em vista que com a manutenção deste modo de produção, vem se mantendo também todas as relações sociais desiguais. Ou seja, apesar das diversas crises e alterações já vistas, o 'direito a cidade' continua sendo, por séculos, negligenciado, tendo em vista que o sistema em que vive a grande maioria da população humana prova-se capaz de se deformar e retornar aos moldes originais. Tendo em vista que a maioria dos espaços urbanos estão inseridos na agenda capitalista, deve-se entender que para se ter mudanças efetivas, estes espaços não precisam ser necessariamente resilientes. Caso fossem, estaríamos fadados a manutenção de grande parte das relações sócias desiguais que convivemos (BALTAZAR, 2010).

É fato que o 'direito a cidade', do modo como está constituído, está restrito em grande parte dos casos a uma parcela restrita da população: a uma elite econômica e política que detêm o direito de moldar as cidades à sua maneira (HARVEY, 2012). Entende-se que para ocorrer uma democratização de fato do acesso à cidade, deveria ser dado o direito a produção dos espaços àqueles que os vivencia, que estão diretamente interessados em seu uso e qualidade (BALTAZAR, 2010). Porém, o que acontece, como apontado por Harvey (2012) é que clientes corporativos e elites políticas ditam a produção do espaço de maneira artificial. É expressiva a expansão urbana nas últimas décadas, como já foi apontado (capítulo 1), e com ela ocorreram mudanças efetivas no estilo de vida. A qualidade de vida, fator essencial em contextos urbanos, passa a ser visto como uma mercadoria, assim como a cidade em si. A tendência atual é possibilidade da experiência urbana ligadas a valores como cultura, áreas verdes, espaços convidativos, porém, esta experiência, em sua maioria, é limitada por parâmetros econômicos, só se tem acesso caso tenha dinheiro (HARVEY, 2012). Baltazar (2010) defende que o início da mudança para se ter espaços democráticos nas cidades é a alteração do foco dos projetos urbanos e arquitetônicos, deve-se privilegiar o valor de uso no projeto e produção dos espaços, e não o lucro.

Fatos interessantes e efetivos de serem estudados e aplicados são os apontados por Jaime Lerner (2012). O arquiteto e urbanista curitibano acredita, e defende em seu livro as diversas formas de 'acupunturas urbanas', a maneira como podemos criar pontos de

resistência nos contextos urbanos que irão provocar reações em cadeia; já que não podemos alterar imediatamente o modo de produção dos espaços que estamos inseridos como um todo, podemos atuar de maneira pontual, contribuindo para uma melhora a longo prazo (LERNER, 2012). Corroborando o pensamento de Lerner, Gehl (2015) também destaca que o acesso a informação e troca entre as comunidades urbanas ativas é essencial. Nota-se nas últimas décadas, após anos de negligência, o surgimento de movimentos socialmente organizados buscando e efetivando o ‘direito a cidade’, mesmo que de forma pontual. Muitos são os projetos e estratégias inovadoras que vem surgindo, e através das trocas possibilitadas pela internet, podem inspirar e efetivar mudanças (GEHL, 2015).

Historicamente, e de forma natural, podemos elencar resistências urbanas que já ocorrem nas cidades: os vendedores ambulantes, os afiadores de faca, os jornaleiros, os artistas de rua, as feiras urbanas (Figura 19), entre outros, são exemplos da busca e afirmação do espaço social nas cidades (LERNER, 2012). Para Lerner (2012), um dos pontos essenciais para se efetivar uma boa ‘acupuntura urbana’ é a promoção ou resgate da identidade cultural do local ou da comunidade. Se sentir pertencente ao espaço urbano que habita, possibilita aos cidadãos a apropriação, mudança e manutenção de boas práticas adotadas.

Figura 19 – Feira urbana como forma de resistência. Parque Halfeld, Juiz de Fora, MG.



Fonte: Arquivo Pessoal

É notório que em nossa sociedade, dependente dos automóveis, que planejamento urbano se tornou sinônimo de projetos viários. “Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo (...)” (GEHL, 2015, p.3), enquanto que questões ligadas a acomodação do tráfego passa a ganhar força e

estudos, principalmente em se tratando das ações políticas de países em desenvolvimento. Aliado a estas políticas urbanas, nota-se que arquitetonicamente, os edifícios vêm sendo projetados para serem isolados, autossuficientes e indiferentes aos contextos urbanos, e com isso, a escala humana das cidades é cada vez mais esvaziada. As cidades e as sociedades devem buscar a melhoria dos espaços públicos como uma política urbana, são eles que irão contribuir para uma cidade sustentável, democrática e aberta (GEHL, 2015).

Segundo GEHL (2015, p.6) são quatro os objetivos-chave para uma cidade se tornar um ambiente melhor para os que nela vivem e usufruem. Todos eles apresentam em comum uma preocupação com o pedestre e o ciclista, e também com a manutenção da vida nas cidades. São eles: vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde. Discorreremos um pouco sobre cada um deles. As cidades que apresentam vitalidade são aquelas em que as pessoas vão as ruas, ocupam os espaços públicos. A vida no espaço público está diretamente ligada à possibilidade de acesso a atividades sociais e culturais. Cidades seguras são aquelas que possuem uma grande movimentação de pessoas nas ruas, aquelas que possuem edifícios com aberturas voltada para as vias, os essenciais “olhos da rua” de Jacobs (2011). Nas cidades seguras é possível se movimentar por curtas distâncias a pé em destino aos serviços necessários e aos espaços públicos. Seriam cidades sustentáveis aquelas que incentivam a “mobilidade verde”, que significa fáceis deslocamentos a pé, de bicicleta ou transporte público. Além disso, um sistema integrado de transporte, em que longas distâncias possam ser percorridas através de variação de modais, reduzindo a necessidade de carros nas ruas, reduzindo a poluição do ar e sonora. Por fim, uma cidade saudável, é aquela que incentiva os seus cidadãos a se movimentar, a praticar uma atividade física. Tirar as pessoas da estagnação, através da inserção de deslocamentos a pé ou de bicicleta em sua rotina diária, é uma medida salutar e necessária.

Entende-se desta forma o impacto da dimensão humana nos projetos urbanos, deve-se inserir cada vez mais o olhar do usuário e não apenas o olhar superior do planejador. Ademais, complementa-se a estas estratégias apontadas o uso dos espaços públicos pelos mais diversos grupos sociais, a interação social sendo parte rotineira da vida cotidiana vem mostrando uma melhora significativa em índices de segurança, além de acrescentarem riqueza de culturas e pensamentos às vidas dos cidadãos (GEHL, 2015)

Retomando o pensamento sobre resiliências urbanas, é possível sim se pensar em alternativas em que este foco de projeto esteja presente. Para Baltazar (2010) o único modo em que a resiliência pode ser positiva é quando ela é encarada como uma maneira de sustentar o caráter e a opinião de indivíduos e pequenos grupos, para que eles, empoderados, possam atuar de maneira autônoma na produção do espaço. Assim, o foco de se pensar a resiliência deve ser voltado para individualidades e comunidades, e não para o sistema. A autora defende também que:

Em vez de produzir espaços acabados e resilientes, poderíamos propor interfaces com as quais as pessoas possam empreender apropriações temporárias de espaços, caminhando para uma mudança real, levando à sustentabilidade e, talvez, até ao decrescimento. (BALTAZAR, 2010)

Um importante marco não apenas nacional na luta pelo direito amplo a cidade é o 'Estatuto da Cidade'¹⁵, este importante instrumento foi inserido na legislação brasileira em 2001 e prevê diversas diretrizes gerais para as políticas públicas urbanas, foi destacado por Harvey (2012) como um grande vitória conquistada. O espaço urbano deve progressivamente ser visto como não apenas um ambiente de uso, em que se vive, trabalha, faz compras, mas como o palco de um sistema complexo de relações humanas (JACOBS, 2011). Pensar que para se ter uma vida saudável, em amplo espectro, em meios urbanos, o homem deve ser dotado de duas funções psicológicas essenciais: orientação e identificação. Ele deve ser capaz de orientar-se, para saber *onde* está e conquistar uma base de apoio existencial; e ele deve ser capaz de identificar-se, saber *como* ele está em determinado local, a sua identidade, quem ele é (NORBERG-SCHULZ, 2013).

¹⁵ Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em Junho, 2017.

4. Considerações Finais

"Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. (...) Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si"

CALVINO, 1990, p.30

4.1. Diretrizes e proposições iniciais para o TCC II

Partindo do entendimento que o 'Trabalho de Conclusão de Curso' do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora está dividido, para fins burocráticos, em duas partes (uma teórica e a outra prática), porém conformando uma unidade, este capítulo tem como pretexto traçar diretrizes, apontamentos e caminhos esperados para o TCC II (prático). Isto será feito de maneira breve, ampliando as possibilidades de atuação perante o que foi exposto.

Tendo em vista as questões que foram abordadas até então (as cidades e a sociedade contemporâneas, memórias e identidades, e a apreensão dos espaços) irá se discorrer, de maneira geral, sobre os rebatimentos que estes temas podem ter aplicados em um projeto.

Inicialmente, entendemos que as sociedades e o mundo atual se conformam cada vez mais de maneira segregada. O contexto moderno-líquido em que vivemos acaba por gerar uma supressão dos vínculos mais profundos, apesar da ampliação das conexões, feitas pelos avanços da tecnologia. Este ambiente social acaba por refletir diretamente sobre muitos dos ambientes construídos que vem sendo projetados, como já foi dito, ambientes cada vez mais segregados, de acesso limitado (BAUMAN, 2009). Grande parte das construções atuais são concebidas como 'espaços fechados', que tem por intenção limitar e filtrar os acessos, além de rechaçar aqueles que não se sentem completamente confortáveis em estar lá. Ou seja, são espaços que incentivam a segregação, a exclusão. Uma proposta em resposta a este pensamento, seria o projeto de ambientes que estimulem as conexões físicas entre as pessoas; ambientes que possam servir de pontes, que facilitem as comunicações, que sejam espaços de congregação entre os habitantes de determinada região. Trazer a compreensão apontada por Bauman (2009) para espaços que são de fato públicos, aqueles em que os usuários não precisem ser previamente selecionados.

Considerando a leitura de que a sociedade que nos encontramos é fluída, que nossas raízes estão cada vez mais suspensas, podemos inserir pensamentos que abarquem o que foi abordado nos capítulos anteriores. Por estarmos vivenciando a facilidade de locomoção, em que não nos limitamos mais a vizinhanças já conhecidas, a criação de identidades e memórias coletivas acaba por estar, de certa maneira, ausente em nosso cotidiano. Sendo assim, a concepção de projetos urbanos e arquitetônicos que incentivem o contato com o outro, para que se possa trazer a noção de comunidade seria

algo proveitoso para os dias atuais. Porém, por esta multiplicidade de pessoas, com diferentes origens, um projeto que abarque diversos usos, poderá conseguir abranger uma comunidade maior que habita determinada vizinhança. Levanta-se então um questionamento que possivelmente poderá ser respondido pelo projeto: “Como alcançar a unidade na (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade” (BAUMAN, 2005, p.48).

Esta multiplicidade de usuários também deve ser vista de forma a incentivar as diversas percepções de cada um. Como destacado por Pallasmaa (2011; 2013), Okamoto (2002) e Tuan (2012), ambientes que estimulem os diversos sentidos, de várias maneiras, promovem a ampliação do acesso, abrangendo diversos potenciais usuários. Assim, ter em vista estratégias nos projetos que possam estimular o tato, audição, olfato e paladar, além da visão, seria um ponto relevante a ser atingido. Além de ampliar o acesso, projetos que consideram os diversos sentidos são mais facilmente percebidos e apreendidos (PALLASMAA, 2013).

Como foi abordado no primeiro capítulo, um dos grandes pontos presentes ao se identificar os usuários de determinado equipamento ou região são as suas possibilidades de acesso e mobilidade. Por exemplo, um habitante de baixa residente em uma periferia da cidade, para o qual seria necessário utilizar de dois (ou até três) transportes públicos em sequência para se ter acesso a um equipamento de cultura, levando um tempo considerável neste deslocamento, muito dificilmente iria fazer uso do mesmo. Sendo assim, independentemente da região abordada, é importante identificar e conhecer as possibilidades de acesso e mobilidade e, assim, questionar de que maneira ela pode ser incentivada para se ter o acesso ampliado, caso seja este o objetivo.

Como apontou Baltazar (2010), um dos grandes defeitos ao se projetar as cidades e seus ambientes públicos é que se pensa eles como ambientes fechados, um *design* que não possibilita alterações em sua organização. Dessa forma, ao invés de incentivar o engajamento das pessoas, e incentivar a transformação social, acabamos por reforçar uma lógica sistêmica. Uma proposta alternativa para este fato seria o projeto de ambientes que permitam a apropriação e a alteração pelo usuário ou grupo que está a utilizar. Que tal espaço esteja aberto às multiplicidades dos grupos, e que ao se apropriarem, o transformem em lugares.

Jaime Lerner (2012) corrobora e mostra em diversos projetos como as afirmações apontadas por Jane Jacobs (2011) na década de 1960 estão ainda hoje presentes.

Dentre elas, podemos destacar a importância da multiplicidade de usos nos ambientes urbanos. Se determinada região passa a ter apenas a presença de residências, acaba por se tornar uma região fadada a turnos sem vida, sem a movimentação de pessoas. Assim como, regiões que apresentam apenas ambientes comerciais, estão destinadas a ausência de pessoas em horários não comerciais. Um dos pontos ricos e diferenciais da cidade de Juiz de Fora é a sua região central, que por décadas vem se destacando na forma como é utilizada, como apresenta grande multiplicidade de usos (BRAIDA, 2011). Entende-se que este é um processo de planejamento urbano ampliado, porém pode-se ter este como um elemento presente na proposta de projeto.

A Place de la Bourse, em Lyon, a Plaça del Sol, em Barcelona, a Gammeltorv, em Copenhague, a Tsukuba Centre Square, no Japão, e a Pioneer Courthouse Square, em Portland, são magníficos exemplos de como criar bons espaços públicos e ao mesmo tempo gerar uma transformação positiva numa cidade (LERNER, 2012, p.46).

Um dos pontos ao se projetar espaços, tendo em vista uma abordagem focada em memórias, identidades, percepções e apreensões, é o conceito de *genius loci*. Segundo Norberg-Schulz (2013), o termo é de origem romana, remontando à Roma antiga; àquela época acreditava-se que todo ser possuía um espírito guardião, um *genius*. Esse espírito que dava vida ao ser, e o acompanhava por toda sua vida. O *genius loci* seria o 'espírito do lugar' aquilo que o faz único, diferentes dos demais. Evidenciar este aspecto de unicidade do local é essencial em um projeto arquitetônico e urbano. Porém, para se evidenciar, deve-se captar esta essência, e a maneira como ela vem sendo absorvida e transportada pelas diversas gerações que habitam o espaço. Um projeto que tenha essa premissa, consegue se manter atualizado, independente da época que está se passando, além de preservar a identidade do espaço, o que o transforma em lugar, aquilo que resguarda memórias, que foi apreendido.

De maneira geral, tem-se os edifícios e ambientes urbanos mais antigos da cidade como bastiões da história, pontos de referência. São 'lugares-comuns' de memória para o entendimento da população. Inserir-los nos projetos, fazer com que eles possuam um uso atualizado, passa a ser uma premissa relevante em nossa sociedade. Notamos que na sociedade brasileira em geral, edifícios tombados, paisagens urbanas antigas, vias com calçamento típico de outras épocas, entre outros exemplos, são vistos como símbolos de cidades turísticas, ou regiões esquecidas, ultrapassadas. Transformar esta ideia, mostrar que é possível do passado habitar o presente e direcionar o futuro, é um ponto destacável em um projeto comprometido com a memória do local.

Por fim, um dos objetivos que se pode traçar para o projeto no 'Trabalho de Conclusão de Curso II' seria o da sua capacidade de 'imaginabilidade' (LYNCH, 2011). Um projeto que tenha essa premissa, seria aquele em que as pessoas conseguiriam identificar, criar imagens mentais de forma clara. Assim, este projeto se estruturaria de maneira útil e nítida em seu entorno, promovendo um domínio sensorial simplificado por parte do usuário. Esta premissa estaria ampliada em diversas escalas, perpassando a abrangência arquitetônica, atingindo a urbana.

4.2. O lugar da memória nas cidades contemporâneas

A partir dos estudos apresentados, podemos perceber que estamos inseridos em cidades e sociedades imersas nas complexidades líquidas do mundo atual. Cotidianamente estamos expostos as mais diversas consequências do aprofundamento do capitalismo consumista. O avanço das tecnologias, as políticas adotadas e o pensamento consumista imposto provocam em nossa sociedade a vivência isolada e/ou entre iguais. Cada vez mais passamos a não nos sentir pertencentes a lugar nenhum, principalmente nas cidades médias e grandes, onde as influências dos interesses do mercado são mais atuantes. Exemplifica-se a atuação destes nos espaços públicos, cada vez mais pasteurizados, homogêneos, limitados e espetacularizados.

Complementa-se a esta leitura a percepção de que a nunca antes o homem acumulou tantos registros de memória quanto em nossa época. Não somente pela capacidade técnica adquirida, pelo avanço da tecnologia, que nos permitiu acumular registros em megacomputadores e super HDs, mas também pela crescente valorização dos ambientes construídos ligados a memória, como museus, memoriais, centros urbanos antigos. Segundo Nora (1984) isso evidencia a perda da vivência cotidiana da memória, passa-se a tarefa de resguardo daquilo que foi, e é, para estes 'lugares de memória'.

Entretanto, ao vivenciar as cidades, o cidadão, inevitavelmente, está exposto as mais diversas formas de interação, de sentimentos, de experiências. Uma das características mais notadas nas cidades é trazida pela ambiguidade entre liberdade e solidão. Ao mesmo tempo que um habitante da cidade está inserido em um contexto que o proporciona vivências múltiplas, sendo autor de seu destino, ele passa a ser um anônimo na multidão, carregando consigo o sentimento de isolamento e de solidão. Apesar disso, o vivenciar da cidade expõe o mesmo às diversas minúsculas interações cotidianas (os

cumprimentos breves aos porteiros, as conversas no elevador, os gestos sutis aos transeuntes, entre outros), que podem ser vistas como parte essencial do espírito da *urbe*, uma de suas grandes riquezas que fazem com que os sentimentos de solidão do mundo moderno-líquido seja menos agressivos e ásperos.

Além destas interações cotidianas interpessoais, o contato com outras referências também pode ser visto como um aspecto positivo para a vivência urbana. Dentre estas referências podemos elencar os elementos construídos, como as vias e os edifícios, assim como os elementos naturais, como as massas arbóreas, além das percepções sensoriais, como os ruídos e os cheiros. A partir da aglutinação destas múltiplas referências nas cidades passa-se a percebê-la e, então, apreendê-las, dotando os espaços de significado, tornando-os lugares. Com isso, o cidadão começa a criar memórias próprias e, a partir das interações com as memórias de outros e das memórias presentes nas arquiteturas das cidades, inicia-se o processo de formação de identidade e de uma comunidade.

Porém, como também foi mostrado nos diversos exemplos, este processo não é linear e simples, ele depende de uma conjuntura favorável, que não é formada apenas pelo interesse do cidadão. O grande desafio para os atores envolvidos, principalmente os agentes da esfera pública, é conseguir conciliar de maneira saudável os interesses tanto da sociedade quanto do mercado. Atuando de forma a beneficiar a vivência urbana do cidadão, assimilando as especificidades encontradas em cada contexto.

Buscou-se com este trabalho a compreensão do panorama em que vivemos no que tange os conceitos de 'Memória' e 'Identidade' nas cidades e sociedade atuais. Entende-se que este é um tema complexo e amplo, buscou-se a contextualização dos mesmos em diversas referências na cidade de Juiz de Fora. Porém, uma indicação a ser feita para futuros trabalhos é análise dos conceitos elencados em um recorte da cidade, em que se possa analisar de forma mais profunda os temas abordados.

Por fim, conclui-se que a memória deve ser entendida muito mais do que apenas um recorte do passado, ela é determinante em nosso presente e direcionadora de futuros. Assim, como mostra Pallasmaa (2011), a arquitetura das cidades, que tem como papel a criação de contextos e atmosferas para nossa existência, é um elemento essencial pois nos permite entender a dialética entre permanência e mudança, nos inserindo no *continuum* da cultura e do tempo.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, Vol. XIV, Porto, 1998, p. 77 – 97.

BALTAZAR, A. P. **Sobre a resiliência dos sistemas urbanos: devem ser eles resilientes e são eles realmente sistemas?** In: VIRUS. n° 3. Trad. Biaggioni, B., D'Andréa, A. São Carlos: Nomads.usp, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/invited/layout.php?item=1&lang=pt>. Acessado em: Maio 2017

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

_____. **Vida Líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol. I. Magia e técnica, arte e política**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAIDA, Frederico. **Passagens em rede: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires**. – Juiz de Fora: Funalfa: Ed. UFJF, 2011.

BRENNER, Neil. A hinterlândia urbanizada? **Revista e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.25, jun. 2016.

_____. Teses sobre a urbanização. **Revista e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.19, dez. 2014.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

DUARTE, C. R.; BRASILEIRO, A.; SANTANA, E. P.; PAULA, K. de.; VIEIRA, M.; UGLIONE, P. O Projeto como Metáfora: Explorando Ferramentas de Análise das Ambiências. In. **O LUGAR DO PROJETO no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Organizado por Duarte, Rheingantz, Arteiro e Bronstein. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.

FIRMINO, R. J. Uma vida urbana ampliada como valorização da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=5>> Acesso em: 13.05.17

FRAMPTON, Kenneth. Uma leitura de Heidegger. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed. rev., 2013, p. 476 - 481

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Ed. 34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2012

_____. O direito à cidade. Tradução Jair Pinheiro. In: **Lutas Sociais**. São Paulo: 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3.ªed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 5, p. 47-47, abr./jun. 2008. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

JANOT, Luiz Fernando. **Gentrification ou gentrificação? Um problema em qualquer língua**. *Drops*, São Paulo, ano 14, n.076.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.076/5005>> Acesso em: 21.06.17

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005

KOHLER, M. QUANDO SE CAMINHA, O TEMPO PARA ENQUANTO O ESPAÇO VOA. **VIRUS**, São Carlos, n. 9 [online], 2013. Traduzido do Inglês por Fábio Abreu Queiroz. Disponível em:

<http://www.nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/carpet/virus_09_carpet_45_pt.pdf>. Acesso em: 13.05.17.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 046.03, Vitruvius, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.046/601>> Acesso em: 21.06.17

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana** – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. – 3ª. Ed. – São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2011

NETTO, V. de M.; PASCHOALINO, R.; PINHEIRO, M. Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 13.05.17

NORA, Pierre. Entre Memória e História – A problemática dos lugares. In.: **Les lieux de mémoire**. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard. 1984.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed. rev., 2013, p. 444 – 461.

OKAMOTO, Jun. Percepção ambiental. In: _____. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p.109-246.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed. rev., 2013, p. 482 – 489.

_____. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. – Porto Alegre: Bookman, 2011.

PARISER, Eli. O filtro invisível / O que a internet está escondendo de você. Tradução Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINHEIRO, Ethel; DUARTE, Cristiane. Esquecimento e reconstrução – Memória e experiência na arquitetura da cidade. **Arquiteturarevista** – Vol. 4, nº 1:70-86 (janeiro/junho 2008)

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura Vivenciada.** Tradução Álvaro Cabral. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade.** Tradução Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** – 7ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. Transformações Urbanas, Transformações Humanas. In: _____. **VOZES NO MILÊNIO: para pensar a globalização.** Organização: Anelise Pacheco e Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Geyphus, Museu da República, 2002.

TARDELLI, Gabriel. A cidade como problema sociológico / uma análise do pensamento de Georg Simmel e Louis Wirth. **Revista e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.27, dez. 2016

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UN DESA. **World Urbanization Prospects The 2007 Revision / Highlights.** 2007. Disponível em: <
[http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.p](http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf)
df>. Acesso em 10.06.17

WALTER, Clara N. S.. Entre a proximidade e a distância / a sociabilidade e a impessoalidade na vivência do urbano. **Revista e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.12, mar. 2013.